

2º SIMULADO

TSE – AJAA



2024
PÓS-EDITAL

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A palavra *carreta* começou a ser empregada para definir o que até então era chamado de *carroça*; é possível pensar que fora definido o termo *carreteiro* para designar quem conduzia as *carretas*.

As primeiras *carretas* foram utilizadas para várias finalidades. Em um primeiro momento, auxiliaram no processo de colonização, mas também ajudaram em situações de guerra, quando estavam carregadas de materiais bélicos e demais apetrechos militares. Serviram de apoio ainda para comerciantes, mascates, conhecidos também como *vivandeiros*, que transportavam os mais variados tipos de mercadorias, desde produtos alimentícios até produtos mais simples, como pentes e espelhos. Dessa maneira, surgiu o *carreteiro* e, junto a ele, as representações que iriam compor a identidade desses profissionais.

Danilo Leite Moreira. *Uma breve abordagem histórica do desenvolvimento do rodoviarismo e do transporte rodoviário de cargas no Brasil*. In: **Faces da História**, v. 10, n.º 1, jan.-jun./2023, p. 157 (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos gramaticais do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

1. No segundo período do segundo parágrafo, identificam-se três orações; a segunda delas exprime ideia de acréscimo, e a terceira, circunstância de tempo.
2. De acordo com o texto, uma multiplicidade de funções estava associada às primeiras *carretas*.
3. Infere-se do texto que a palavra “*carroça*” caiu em desuso após a criação da palavra “*carreta*”.
4. O primeiro parágrafo constitui-se da apresentação inicial de um fato seguido de uma hipótese.
5. Conforme exposto no texto, a identidade dos *carreteiros* é construída a partir de representações plurais que têm relação direta com as várias atividades deles e com os diversos tipos de *carretas*.

Há muitas especulações sobre qual meio de transporte teria sido “inventado” primeiro, desde o início da evolução humana, antes mesmo do surgimento da escrita. Referentemente a esse período, o fato é que muito pouco pode ser comprovado, o que nos deixa com algumas hipóteses e poucas certezas.

É provável que o ser humano tenha pensado em formas de solucionar problemas como transportar sua caça ou transpor obstáculos, mas afirmar com exatidão que isso se transformou em algum meio de transporte da forma como conhecemos hoje é bem mais complicado.

Sabemos que o homem pré-histórico se deslocava em função do clima e da oferta de alimentos. Os pés humanos foram os primeiros responsáveis por esses deslocamentos. A melhor solução para o transporte a partir dessa época surgiu com a domesticação de animais selvagens. O homem pode ter notado a facilidade de lidar com determinadas espécies animais a ponto de utilizar sua força para transportar seus pertences.

Oswaldo Dias dos Santos Junior. Transportes turísticos. Curitiba, InterSaberes, 2014, p. 20 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, em relação aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente.

6. No último período do texto, a expressão “determinadas espécies animais” e os pronomes possessivos “sua” e “seus” fazem parte da mesma cadeia referencial.

7. De acordo com o texto, na Pré-História, os deslocamentos dos seres humanos eram mais eficientes quando efetuados com os próprios pés do que quando realizados por intermédio de animais.

8. Entende-se do texto que as poucas hipóteses referentes aos fatos ocorridos desde o início da evolução humana são consequência da profusão de especulações sobre esse período.

9. No texto, o autor considera a possibilidade de os seres humanos terem se preocupado com questões de transporte de caça ou de transposição de obstáculos, mas demonstra dificuldades em afirmar categoricamente que algum meio de transporte tenha se originado dessa preocupação.

10. No início do texto, a substituição da forma verbal “Há” por **Existe** manteria os sentidos do texto, seu grau de formalidade e sua correção gramatical.

Maniçoba, 19 de junho de 1911. Minha mãe: Aqui cheguei em *paz e salvamento*, graças a Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando; dorme-se às nove da noite. Uma vida de anjo. Quando chegar aí — está compreendendo? — hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados, tão leve como os *vagons* que levam material para a construção da estrada de ferro de Palmeira. Fui visitar o tal Lajedo das Cobras, segundo a senhora insinuou-me, e não vi nada que se parecesse com cobras. Tenha a bondade de dizer-me onde ficam esses bichos, sempre tenho vontade de admirá-los. Só se são umas listas pretas que há em cima da pedra. Mas quem lhe meteu na cabeça que aquilo eram cobras, hem? Nem semelhança, minha senhora! Ali nunca houve cobras nem nada. Isto agora está seco, sabe? Um pouquinho seco. A água do Ipanema tem assim uns tons de verde-paris: é mesmo da cor do açude daí. Por aqui nada de novo, tudo na santa paz do senhor... não, há uma *coisa* de novo: o Siriaco, o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco. Diga a meu pai que lhe não escrevo porque nesta carta vai tudo o que é preciso dizer. Adeus. Lembranças às meninas, a tia Ju, etc. Recomendações à família do sr. Antero, a d. Iaiá, e mais a algumas pessoas conhecidas. O filho e amigo Graciliano. NB: Mando dizer ao Antônio Panta que guarde todos os meus Malhos. Não se esqueça deste recado. Lembranças a d. Anatólia.

Graciliano Ramos. Cartas. Rio de Janeiro: Record, 2013 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente.

11. No trecho “Só se são umas listas pretas que há em cima da pedra. Mas quem lhe meteu na cabeça que aquilo eram cobras, hem?” (oitavo e nono períodos), o pronome “aquilo” tem como referente “umas listas pretas que há em cima da pedra”.

12. No segmento “acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando”, o termo “se” classifica-se, em ambas as ocorrências, como pronome reflexivo.

13. Em “o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco”, o vocábulo “incomensurável” tem o mesmo sentido de **imensurável**.

14. No penúltimo período, a próclise do pronome “se” é facultativa, por isso seria gramaticalmente correto deslocá-lo para logo depois da forma verbal “esqueça” — esqueça-se.

15. No décimo quinto período, o sinal de dois-pontos subsequente à oração “há uma coisa de novo” introduz um esclarecimento.

16. Entende-se do texto que o emissor da carta se encontra na localidade de Maniçoba, onde pretende cometer muitos “pecados”.

17. O sentido do décimo sexto período seria mantido caso a conjunção “porque” fosse substituída por **conquanto**.

18. O texto se desenvolve em sequências tipológicas predominantemente descritivas e narrativas.

19. No trecho “Ali nunca houve cobras nem nada” (décimo primeiro período), seria gramaticalmente correta a substituição de “houve” por existiu, sem prejuízo do sentido original do texto.

20. É obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às” em “Lembranças às meninas” (décimo oitavo período).

Julgue os itens seguintes, referente a direito administrativo.

21. A expressão "ato da Administração" tem servido mais amplo do que a expressão "ato administrativo", que abrange apenas determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa.

22. Os atos de direito privados exercidos pela Administração Pública são espécies dos chamados "atos da Administração".

23. É possível definir ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

24. A imperatividade é um atributo que existe em todos os atos administrativos.

25. A invalidação é o desfazimento de um ato administrativo, e nem sempre ocorre por razões de ilegalidade.

26. O motivo e a finalidade são requisitos sempre vinculados dos atos administrativos.

27. A Administração pode autoexecutar suas decisões, empregando meios diretos de coerção, utilizando-se inclusive da força.

28. A invalidação dos atos administrativos opera efeitos ex nunc.

29. Motivo e motivação do ato administrativo são expressões equivalentes.

30. Os atos administrativos são sempre passíveis de controle judicial.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, de acordo com a CF.

31. O direito à liberdade de reunião é garantido pela CF, desde que exercido de forma pacífica, sem armas, em locais abertos ao público e mediante prévia autorização do poder público.

32. As atividades das associações podem ser suspensas por decisão judicial, mesmo que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado.

33. A pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, usufrui de impenhorabilidade no que se refere ao pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

No que se refere ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

34. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, por meio de resolução, apreciar tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa.

35. Cada legislatura terá a duração de quatro anos na Câmara dos Deputados e de oito anos no Senado Federal.

36. O Poder Legislativo federal é composto pela Câmara dos Deputados, que representa os estados, e pelo Senado Federal, que representa o povo.

Acerca das atribuições do Presidente da República, julgue os itens a seguir.

37. Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, proceder à autorização de guerra no caso de agressão estrangeira.

38. É ato indelegável e de competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

39. Compete ao presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional nos casos previstos na norma constitucional.

40. Vetar projetos de lei, total ou parcialmente, e editar medidas provisórias com força de lei são exemplos de atos de competência privativa do presidente da República.

A respeito do Código Eleitoral, julgue os itens a seguir.

41. Roseli, acadêmica de Direito, estudando a competência da Justiça Eleitoral para a avaliação da faculdade, aprendeu que, de acordo com o Código Eleitoral, compete, exemplificativamente, ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e Juízes Eleitorais de Estados diferentes e a suspeição ou impedimento aos seus membros, ao Procurador-Geral e aos funcionários da sua Secretaria.

42. O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.

43. O empregado mediante comunicação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, para o fim de se alistar eleitor ou requerer transferência.

No que se refere à Lei nº 9.504/1997, julgue os itens a seguir.

44. É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária e proporcional.

45. A denominação da coligação poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, bem como conter pedido de voto para partido político.

No que se refere à Lei dos Partidos Políticos, julgue os itens a seguir.

46. Para desligar-se de seu partido político, o filiado deve comunicar expressamente sua intenção ao órgão partidário e ao juiz competentes.

47. O partido político pode aceitar como filiado qualquer pessoa natural, independentemente do estado em que ela se encontre, já que todos têm iguais direitos e deveres perante a lei.

48. Os prazos de filiação partidária não podem ser objeto do estatuto dos partidos políticos.

No que se refere à resolução nº 23.659/2021, julgue os itens a seguir.

49. Eventual incorreção dos dados contidos na certidão de regularidade em relação à obrigação de prestar contas à Justiça eleitoral poderá ser sanada perante qualquer cartório eleitoral.

50. A aquisição do gozo de direitos políticos por pessoa brasileira em Portugal não acarreta a suspensão de direitos políticos ou o cancelamento da inscrição eleitoral e não impede o alistamento eleitoral ou as demais operações do Cadastro Eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir a respeito do recrutamento e seleção.

51. As vantagens do recrutamento externo incluem estimulação da organização, enriquecimento do patrimônio humano, aumento do capital intelectual e renovação da cultura organizacional por meio da introdução de novos talentos, habilidades e expectativas.

52. O contato com sindicatos e associações de classe é uma técnica de recrutamento interno que apresenta a vantagem da participação de outras organizações, sem a elevação de custos.

53. A formação de grupos focais é uma técnica amplamente utilizada em processos de seleção, pois possibilita a identificação do modo como os candidatos pensam e se comportam em equipes e ao tomarem decisões de trabalho.

54. De acordo com a abordagem taylorista, a análise de cargos está intimamente relacionada à produtividade do trabalhador, que é medida exclusivamente em termos quantitativos.

55. Em uma análise de cargos, além das responsabilidades envolvidas, devem ser especificados os requisitos mentais a serem exigidos.

56. Embora a análise e a descrição de cargos sejam relacionadas, elas se distinguem quanto ao escopo: a análise de cargos concentra-se no conteúdo dos cargos, enquanto a descrição de cargos visa determinar os requisitos físicos e mentais necessários à ocupação de determinado cargo.

A respeito das teorias e escolas da administração, julgue os itens a seguir.

57. As primeiras teorias da administração, a exemplo da administração científica, focavam em delimitar tarefas e garantir sua execução, enquanto abordagens mais complexas, a exemplo da contingência, focam em elementos ligados ao ambiente de atuação.

58. Divisão do trabalho, autoridade, unidade de direção e de comando são princípios típicos da teoria neoclássica da administração.

59. A teoria das relações humanas surgiu em 1930 e focava os efeitos das condições ambientais sobre a produtividade.

60. Na visão burocrática, o trabalho realiza-se por meio de funcionários que ocupam cargos com atribuições oficiais, fixas e ordenadas por meio de regras, leis ou disposições regimentais.

No que se refere às características básicas das organizações formais modernas, julgue os itens a seguir.

61. As organizações modernas seguem o princípio da formalidade, segundo o qual as relações internas são regidas por normas costumeiras e tradicionais.

62. Organização formal caracteriza-se como a organização oficialmente estabelecida, embasada na divisão racional do trabalho e na diferenciação e integração de seus órgãos.

63. São características de uma organização formal moderna especialização e hierarquia.

No que se refere à gestão de processos, julgue os itens a seguir.

64. Os indicadores de processo são formas de representação objetiva de características do processo que devem ser acompanhadas ao longo do tempo, para avaliação e aperfeiçoamento do desempenho.

65. A abordagem de processos restringe-se a aspectos técnicos ou ao desenho de rotinas em fluxogramas.

66. Os processos finalísticos são processos técnicos diretamente relacionados com a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos da organização.

67. Na gestão de processos, as organizações buscam uma visão compartimentada, ou seja, que possibilite visualizar a estrutura individualizada das unidades existentes.

68. A gestão por processos é uma abordagem administrativa com propósito de priorização e foco nos processos.

No que se refere ao processo organizacional, planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação, julgue os itens a seguir.

69. A estrutura matricial apresenta dupla entrada, em que a organização funcional se sobrepõe à organização por produto ou projeto.

70. O desenho da estrutura organizacional é uma tarefa do nível institucional da organização, e a modelagem de trabalho, tarefa do nível operacional.

71. Organizações com muitos níveis hierárquicos são conhecidas por ter organogramas achatados, enquanto organizações verticalizadas se caracterizam por ter poucos níveis hierárquicos.

72. O aumento da variação de procedimentos e normas entre departamentos da organização é uma desvantagem da centralização da estrutura administrativa.

73. Como as organizações enfrentam um ambiente de mudanças rápidas e imprevistas, a lentidão na centralização das decisões pode afetar negativamente o negócio pela demora nas reações e nas respostas da organização ao mercado.

74. Na diferenciação vertical, a estrutura organizacional se caracteriza por múltiplos departamentos e divisões.

No que se refere à Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

75. Quando o objeto a ser adquirido pela administração possuir um só fornecedor, estará caracterizada hipótese de dispensa de licitação.

76. Determinada autarquia federal pretende firmar contrato administrativo para a contratação de estudo e serviços técnicos de arquitetura especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A autarquia poderá valer-se da contratação direta por inexigibilidade de licitação.

77. Na contratação de projetos e serviços de desenvolvimento de softwares, os autores devem ceder à administração pública todos os direitos patrimoniais a eles relativos; assim, os softwares poderão ser livremente alterados e utilizados em outras ocasiões, sem necessidade de novas autorizações por parte dos autores.

78. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos.

79. Não obstante a presunção de validade dos atos da administração pública, os contratos administrativos que envolvam direito real sobre imóvel exigem a lavratura de escritura pública.

80. Os preços contratados deverão ser alterados caso haja, após a apresentação da proposta, a criação ou extinção de tributos.

81. Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

82. Registros que não caracterizem alteração do contrato, como o empenho de dotações orçamentárias, poderão ser realizados por simples apostila.

83. Considere que, após licitação devidamente homologada, um contrato de prestação de serviço de natureza continuada celebrado entre a administração pública e uma empresa tenha sido rescindido unilateralmente depois de decorridos cinco meses do início da sua operação. Nesse caso, é imprescindível a contratação emergencial de nova empresa.

84. Em hipótese de supressão por parte da administração, o contratado não terá direito à extinção do contrato de obras rodoviárias que acarrete modificação em 30% em relação ao valor inicial do documento.

85. O contratado é responsável pelos danos causados a terceiros, salvo se a administração pública realizar o acompanhamento da execução do contrato.

No que se refere à governabilidade e à governança, julgue os itens a seguir.

86. A governabilidade está apoiada em quatro princípios: relações éticas, conformidade em todas as suas dimensões, transparência e prestação responsável de contas.

87. A governabilidade de um Estado depende de sua governança, ou seja, só há governabilidade se houver governança.

88. Governabilidade refere-se à responsabilidade da administração pública na prestação de contas.

No que se refere ao planejamento estratégico, julgue os itens a seguir.

89. O plano estratégico, resultado do planejamento estratégico, deve evidenciar os planos setoriais para alcance dos resultados das distintas áreas da organização.

90. Planejamento estratégico é uma forma de se acrescentar novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada, a fim de avaliar a situação e acompanhar e gerenciar os passos de implementação.

No que se refere à gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

91. Entre as etapas da gestão de projetos, a etapa de execução sucede imediatamente a mobilização de recursos.

92. É na fase de encerramento que se deve elaborar o relatório final e prever estratégias para manutenção da memória organizacional relacionada ao projeto.

93. A quantidade de fases de um projeto é variável e pode ter durabilidade e esforços distintos; contudo, no âmbito do desenvolvimento de uma entrega específica, as fases do projeto devem ser interligadas.

94. Um mesmo projeto pode ter vários programas a ele subordinados, os quais podem ser conduzidos em sequência ou paralelamente.

No que se refere ao papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas; formas e dimensões da intervenção da Administração na economia, julgue os itens a seguir.

95. O controle da legitimidade deve recair sobre a legalidade e a economicidade da execução orçamentária e financeira, levando em conta o aspecto da justiça e a relação custo-benefício.

96. Uma das atividades financeiras do Estado é a criação do crédito público, que ocorre por meio de incremento do endividamento.

97. A administração financeira e orçamentária no setor público busca, entre outros objetivos, desenvolver as normas das finanças públicas relacionadas à gestão monetária dos recursos no país, de modo a assegurar uma ótima relação entre as receitas públicas e a emissão da moeda, evitando-se o aumento da inflação.

98. A função distributiva na atuação do Estado decorre do reconhecimento de ser o mercado incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa, especialmente mediante o manejo dos instrumentos de política fiscal.

99. Com a evolução do orçamento como instrumento de planejamento, ampliaram-se as atribuições econômicas governamentais voltadas para a promoção de ajustamentos na alocação de recursos, na distribuição de renda e na manutenção da estabilidade econômica.

100. As dificuldades de se implementar a técnica de orçamento de base-zero incluem a resistência imposta pela burocracia quando a eficácia de seus programas é avaliada.

No que se refere ao orçamento público e sua evolução, bem como aos princípios orçamentários, julgue os próximos itens.

101. Em decorrência do princípio da unidade ou totalidade, orçamento deve conter todas as receitas a serem arrecadadas e todas as despesas a serem realizadas no exercício financeiro.

102. O fato de os governos não poderem contrair operações de crédito para financiar despesas correntes decorre do princípio do equilíbrio.

103. O princípio da exclusividade tem o objetivo de evitar as chamadas “caudas orçamentárias”, que são disposições estranhas à previsão de receita e à fixação de despesa.

104. O princípio orçamentário da unidade ou totalidade estabelece que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

105. O Brasil adota o princípio da exclusividade orçamentária, segundo o qual a LOA não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando-se as hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal de 1988.

106. O princípio da unidade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na lei orçamentária anual (LOA).

107. O orçamento de desempenho pode ser considerado uma importante evolução no processo de integração entre orçamento e planejamento. Uma de suas principais características é a apresentação dos propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários.

108. O orçamento-programa é uma técnica ambiciosa de conciliação entre planejamento e controle político na peça orçamentária. É sua eficácia como instrumento de controle político que torna difícil sua implantação, já que não há grandes dificuldades técnicas para a sua operacionalização.

109. O planning programming and budgeting system (PBSS), adotado na década de 60 do século passado, foi uma tentativa de incorporação do planejamento ao orçamento, tendo sido considerado um sistema de fácil operacionalização e implementação.

110. O orçamento de desempenho é a mais recente evolução do orçamento-programa, fruto das pressões sociais por serviços públicos de melhor qualidade e por mais transparência na gestão pública.

111. O orçamento participativo é um instrumento de efetiva participação da sociedade na alocação dos recursos públicos. Trata-se de um instrumento de complementação da democracia representativa, em que é dado ao cidadão o poder de debater prioridades de alocação de investimentos.

112. Foi particularmente a partir da revolução keynesiana que o orçamento passou a ser concebido como instrumento de política fiscal, com vistas à estabilização, à expansão ou à retração da atividade econômica.

113. O orçamento moderno nasceu sob a égide do primado dos aspectos econômicos, deixando em segundo plano as questões atinentes à programação.

114. Os esforços para a integração entre planejamento, programação e orçamentação marcam a evolução da integração do planejamento no orçamento público.

115. O orçamento moderno, produto da evolução do orçamento público, consiste no demonstrativo de autorizações do legislativo e tem como finalidade a rigidez da gestão administrativa e a redução da despesa pública.

116. O orçamento moderno configura-se como instrumento de intervenção planejada do Estado na economia para a correção de distorções e o incentivo ao desenvolvimento econômico. No Brasil, a adoção de uma estrutura orçamentária embasada em programas, projetos e atividades, a partir da CF, representou importante passo em direção à modernização do sistema orçamentário brasileiro.

117. Decorre do princípio da especificação a obrigatoriedade de a lei orçamentária anual (LOA) discriminar a despesa, no mínimo, por elementos, os quais são o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços e obras, por exemplo.

118. A lei orçamentária no Brasil não segue o princípio da anualidade, conforme o qual o exercício financeiro coincide com o ano civil, pois é permitida a execução de restos a pagar de despesas previstas no plano plurianual.

119. O princípio orçamentário da programação, que surgiu a partir da evolução do orçamento tradicional, visa, essencialmente, à boa organização dos meios materiais e financeiros na estrutura do orçamento público.

120. A evolução ocorrida nas funções do orçamento, que deixou de ser um mero instrumento de autorização para se tornar ferramenta de auxílio efetivo da administração, gerou um novo princípio, o da programação.

FOLHA DE RESPOSTAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84
85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A palavra carreta começou a ser empregada para definir o que até então era chamado de carroça; é possível pensar que fora definido o termo carreteiro para designar quem conduzia as carretas.

As primeiras carretas foram utilizadas para várias finalidades. Em um primeiro momento, auxiliaram no processo de colonização, mas também ajudaram em situações de guerra, quando estavam carregadas de materiais bélicos e demais apetrechos militares. Serviram de apoio ainda para comerciantes, mascates, conhecidos também como vivandeiros, que transportavam os mais variados tipos de mercadorias, desde produtos alimentícios até produtos mais simples, como pentes e espelhos. Dessa maneira, surgia o carreteiro e, junto a ele, as representações que iriam compor a identidade desses profissionais.

*Danilo Leite Moreira. Uma breve abordagem histórica do desenvolvimento do rodoviarismo e do transporte rodoviário de cargas no Brasil. In: **Faces da História**, v. 10, n.º 1, jan.-jun./2023, p. 157 (com adaptações).*

Em relação às ideias e a aspectos gramaticais do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

1. No segundo período do segundo parágrafo, identificam-se três orações; a segunda delas exprime ideia de acréscimo, e a terceira, circunstância de tempo.

Comentário

A questão analisa as ideias e os aspectos gramaticais do segundo período do segundo parágrafo, verificando a classificação e a função das orações presentes.

Texto analisado:

"Em um primeiro momento, auxiliaram no processo de colonização, mas também ajudaram em situações de guerra, quando estavam carregadas de materiais bélicos e demais apetrechos militares."

Análise:

Identificação das orações:

- Primeira oração: "Auxiliaram no processo de colonização."
- Segunda oração: "Mas também ajudaram em situações de guerra."
- Terceira oração: "Quando estavam carregadas de materiais bélicos e demais apetrechos militares."

Classificação das orações:

- A segunda oração ("Mas também ajudaram em situações de guerra") apresenta uma conjunção coordenativa aditiva ("mas também") que exprime ideia de acréscimo, adicionando outra ação das carretas às informações já apresentadas.
- A terceira oração ("Quando estavam carregadas de materiais bélicos e demais apetrechos militares") é subordinada adverbial temporal, pois indica o momento em que as carretas adquiriram esse papel específico durante situações de guerra.

Conclusão:

A análise está correta. O item reflete adequadamente as ideias e os aspectos gramaticais do texto.

GABARITO CERTO

2. De acordo com o texto, uma multiplicidade de funções estava associada às primeiras carretas.

Comentário

A assertiva está **correta**. Vamos analisar o trecho destacado no segundo parágrafo do texto: *"As primeiras carretas foram utilizadas para várias finalidades [...] Serviram de apoio ainda para comerciantes [...] que transportavam os mais variados tipos de mercadorias."*

Justificativa:

Os adjetivos *"várias"* e *"variados"* evidenciam a ideia de pluralidade, diversidade e multiplicidade. Isso demonstra que as primeiras carretas eram utilizadas para diferentes propósitos, atendendo a múltiplas finalidades ou funções variadas.

GABARITO CERTO

3. Infere-se do texto que a palavra "carroça" caiu em desuso após a criação da palavra "carreta".

Comentário

O termo "**desuso**" significa falta de uso ou ausência de aplicação. No texto, a palavra "*carroça*" é mencionada apenas uma vez (1º período, 1º parágrafo), mas não há qualquer indicação de que esse meio de transporte tenha caído em desuso. Pelo contrário, sabe-se que as carroças continuam sendo empregadas em diversos contextos até os dias de hoje.

Portanto, a interpretação apresentada pela questão não encontra respaldo no texto.

GABARITO ERRADO

4. O primeiro parágrafo constitui-se da apresentação inicial de um fato seguido de uma hipótese.

Comentário

O conceito de hipótese refere-se a uma explicação possível, ainda não comprovada, uma suposição ou conjectura. No texto, o 1º período ("A palavra *carreta* começou a ser empregada para...") apresenta o assunto ou fato inicial. Já o 2º período ("...é possível pensar que fora definido o termo...") introduz uma hipótese, ou seja, uma possível explicação para o fato mencionado anteriormente, deixando claro que se trata de uma suposição e não de uma certeza.

GABARITO CERTO

5. Conforme exposto no texto, a identidade dos carreteiros é construída a partir de representações plurais que têm relação direta com as várias atividades deles e com os diversos tipos de carretas.

Comentário

No campo da análise textual, distinguem-se dois tipos principais de questões: **compreensão** e **interpretação**. **Compreender** significa extrair informações de maneira literal ou quase literal do texto, enquanto **interpretar** implica deduzir, inferir ou concluir informações que não estão explicitamente expressas.

Questões de **compreensão** frequentemente utilizam expressões como: **conforme, de acordo, segundo, consoante, com base no texto**. No caso apresentado, o fragmento menciona que as carretas tinham múltiplas finalidades e transportavam diversos tipos de mercadorias. Contudo, não há no texto qualquer indicação de que **as carretas em si eram de tipos variados**. A passagem analisada apenas afirma: "*As primeiras carretas foram utilizadas para várias finalidades [...] transportavam os mais variados tipos de mercadorias...*".

Portanto, a interpretação sugerida pela assertiva está equivocada.

GABARITO ERRADO

Há muitas especulações sobre qual meio de transporte teria sido “inventado” primeiro, desde o início da evolução humana, antes mesmo do surgimento da escrita. Referentemente a esse período, o fato é que muito pouco pode ser comprovado, o que nos deixa com algumas hipóteses e poucas certezas.

É provável que o ser humano tenha pensado em formas de solucionar problemas como transportar sua caça ou transpor obstáculos, mas afirmar com exatidão que isso se transformou em algum meio de transporte da forma como conhecemos hoje é bem mais complicado.

Sabemos que o homem pré-histórico se deslocava em função do clima e da oferta de alimentos. Os pés humanos foram os primeiros responsáveis por esses deslocamentos. A melhor solução para o transporte a partir dessa época surgiu com a domesticação de animais selvagens. O homem pode ter notado a facilidade de lidar com determinadas espécies animais a ponto de utilizar sua força para transportar seus pertences.

*Oswaldo Dias dos Santos Junior. **Transportes turísticos**. Curitiba, InterSaberes, 2014, p. 20 (com adaptações).*

Julgue os itens subsequentes, em relação aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente.

6. No último período do texto, a expressão “determinadas espécies animais” e os pronomes possessivos “sua” e “seus” fazem parte da mesma cadeia referencial.

Comentário

No contexto apresentado, o pronome “sua” estabelece uma relação de coesão referencial anafórica com a expressão “**determinadas espécies animais**”, indicando algo que pertence ou está relacionado a essas espécies. Por outro lado, o pronome “seus” refere-se ao sujeito “**homem**”, mencionado no início do último período, ou seja, aponta para os pertences ou atributos do homem.

Assim, os pronomes “sua” e “seus” têm referências textuais distintas, não convergindo para o mesmo elemento dentro do texto.

GABARITO ERRADO

7. De acordo com o texto, na Pré-História, os deslocamentos dos seres humanos eram mais eficientes quando efetuados com os próprios pés do que quando realizados por intermédio de animais.

Comentário

INCORRETO. O texto afirma, no 3º período do último parágrafo, que "A melhor solução para o transporte [...] surgiu com a domesticação de animais selvagens" e não com os próprios pés do homem.

GABARITO ERRADO

8. Entende-se do texto que as poucas hipóteses referentes aos fatos ocorridos desde o início da evolução humana são consequência da profusão de especulações sobre esse período.

Comentário

A questão apresenta uma negação do que o texto afirma, veja (1º parágrafo): "Há muitas especulações [...] o que nos deixa com algumas hipóteses [...] Referentemente a esse período, o fato é que muito pouco pode ser comprovado [...] poucas certezas.". Logo, as muitas (e não poucas) hipóteses são a causa e não a consequência para a profusão de especulações sobre esse período.

GABARITO ERRADO

9. No texto, o autor considera a possibilidade de os seres humanos terem se preocupado com questões de transporte de caça ou de transposição de obstáculos, mas demonstra dificuldades em afirmar categoricamente que algum meio de transporte tenha se originado dessa preocupação.

Comentário

Veja o que se afirma no 2º parágrafo: "É provável que o ser humano tenha pensado em formas de solucionar problemas como transportar sua caça ou transpor obstáculos, mas afirmar com exatidão [...] é bem mais complicado". A expressão "é bem mais complicado" sugere algo difícil e não categórico (claro, explícito), justamente o que afirma a questão "demonstra dificuldades em afirmar categoricamente".

GABARITO CERTO

10. No início do texto, a substituição da forma verbal “Há” por **Existe** manteria os sentidos do texto, seu grau de formalidade e sua correção gramatical.

Comentário

O verbo "**haver**", quando utilizado no sentido de "**existir**", é impessoal, ou seja, não possui sujeito e, por isso, deve ser conjugado sempre na **terceira pessoa do singular**, independentemente do termo a que se refere.

Já o verbo "**existir**" é pessoal, ou seja, possui sujeito, e deve concordar em **número e pessoa** com o sujeito da oração. Veja o exemplo correto com o verbo "existir":

"Existem muitas especulações sobre qual meio de transporte..."

Aqui, o verbo concorda com o sujeito "**muitas especulações**", que está no plural.

GABARITO ERRADO

Manicoba, 19 de junho de 1911. Minha mãe: Aqui cheguei em *paz e salvamento*, graças a Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando; dorme-se às nove da noite. Uma vida de anjo. Quando chegar aí — está compreendendo? — hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados, tão leve como os *vagons* que levam material para a construção da estrada de ferro de Palmeira. Fui visitar o tal Lajedo das Cobras, segundo a senhora insinuou-me, e não vi nada que se parecesse com cobras. Tenha a bondade de dizer-me onde ficam esses bichos, sempre tenho vontade de admirá-los. Só se são umas listas pretas que há em cima da pedra. Mas quem lhe meteu na cabeça que aquilo eram cobras, hem? Nem semelhança, minha senhora! Ali nunca houve cobras nem nada. Isto agora está seco, sabe? Um pouquinho seco. A água do Ipanema tem assim uns tons de verde-paris: é mesmo da cor do açude daí. Por aqui nada de novo, tudo na santa paz do senhor... não, há uma *coisa* de novo: o Siriaco, o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco. Diga a meu pai que lhe não escrevo porque nesta carta vai tudo o que é preciso dizer. Adeus. Lembranças às meninas, a tia Ju, etc. Recomendações à família do sr. Antero, a d. Iaiá, e mais a algumas pessoas conhecidas. O filho e amigo Graciliano. NB: Mando dizer ao Antônio Panta que guarde todos os meus Malhos. Não se esqueça deste recado. Lembranças a d. Anatólia.

Graciliano Ramos. Cartas. Rio de Janeiro: Record, 2013 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente.

11. No trecho “Só se são umas listas pretas que há em cima da pedra. Mas quem lhe meteu na cabeça que aquilo eram cobras, hem?” (oitavo e nono períodos), o pronome “aquilo” tem como referente “umas listas pretas que há em cima da pedra”.

Comentário

Precisamos analisar a referência do pronome demonstrativo "**aquilo**" no trecho apresentado.

Conceito de Referenciação Espacial com Pronomes Demonstrativos:

- **Este(s), esta(s), isto:** Indicam algo próximo a quem fala (o emissor).
- **Esse(s), essa(s), isso:** Referem-se a algo próximo a quem escuta (o destinatário).
- **Aquele(s), aquela(s), aquilo:** Designam algo distante tanto de quem fala quanto de quem escuta.

Contexto do Trecho:

“Só se são umas listas pretas que há em cima da pedra. Mas quem lhe meteu na cabeça que **aquilo** eram cobras, hem?”

Aqui, o pronome "**aquilo**" é usado para referir-se a um elemento distante, tanto fisicamente quanto na concepção do narrador e da interlocutora: as "**listas pretas que há em cima da pedra**", mencionadas anteriormente. Essas "listas" seriam as supostas cobras que dão nome ao "Lajedo das Cobras".

Justificativa:

Graciliano utiliza o pronome demonstrativo "**aquilo**" para fazer alusão às "listas pretas", tratando-as como algo distante do emissor (Graciliano) e da interlocutora (a mãe), uma vez que não estão presentes no momento em que o texto é escrito.

Conclusão:

A análise está de acordo com a explicação do uso do pronome demonstrativo "**aquilo**" para referir-se às "**listas pretas que há em cima da pedra**", confirmando que o item está **CORRETO**.

GABARITO CERTO

12. No segmento “acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando”, o termo “se” classifica-se, em ambas as ocorrências, como pronome reflexivo.

Comentário

A questão exige diferenciar o uso do pronome "se" como **partícula apassivadora** e como **índice de indeterminação do sujeito**. Vejamos suas diferenças principais:

1. SE como Partícula Apassivadora:

- Relaciona-se a orações na **voz passiva sintética**.
- Concorde com o **sujeito paciente** (quem sofre a ação verbal).
- Liga-se a verbos **transitivos diretos** ou **transitivos diretos e indiretos**.
- Exemplos:
 - *Consertam-se celulares* (Celulares são consertados).
 - *Ouviram-se os pássaros* (Os pássaros foram ouvidos).

2. SE como Índice de Indeterminação do Sujeito:

- Relaciona-se a orações com **sujeito indeterminado**.
- O verbo permanece na **3ª pessoa do singular**.
- Liga-se a:
 - **Verbos intransitivos,**
 - **Verbos transitivos indiretos,**
 - **Verbos de ligação.**
- Exemplos:
 - *Desconfia-se das intenções* (Não se sabe quem desconfia).
 - *Trata-se de assuntos delicados* (Quem trata não é especificado).

Análise do Item:

"No segmento 'acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando', o termo 'se' classifica-se, em ambas as ocorrências, como pronome reflexivo."

1. "Acorda-se às cinco da manhã":

- O verbo "acordar" é **intransitivo**.
- O "**se**" funciona como **índice de indeterminação do sujeito**, pois a oração não informa quem é o agente da ação (*quem acorda*).

2. "Leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando":

- O verbo "levar", no sentido de "passar o dia", é **transitivo direto**.
- O "**se**" é uma **partícula apassivadora**, formando a voz passiva sintética. O sujeito paciente é "o dia", que sofre a ação de ser levado.

Conclusão:

O "**se**" não é pronome reflexivo em nenhuma das ocorrências. Na voz reflexiva, o agente pratica a ação sobre si mesmo (*Maria penteou-se = penteou a si mesma*).

GABARITO ERRADO

13. Em "o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco", o vocábulo "incomensurável" tem o mesmo sentido de **imensurável**.

Comentário

O item apresenta a seguinte afirmação:

"Em 'o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco', o vocábulo 'incomensurável' tem o mesmo sentido de imensurável."

Análise do termo "incomensurável":

- A palavra "incomensurável" é formada pelo prefixo **in-**, que indica **negação ou ausência**, e pelo radical "comensurável", que se refere a algo **mensurável, medido ou avaliado**.
- Assim, "incomensurável" descreve algo **imenso, infinito, que não pode ser medido ou determinado**.

Relação com "imensurável":

- O vocábulo "imensurável" possui construção semelhante, sendo formado pelo prefixo **i-** (negação) e o radical "mensurável".

- Ambas as palavras, **incomensurável** e **imensurável**, são sinônimas e possuem o sentido de algo que **não pode ser medido, devido à sua grandiosidade ou infinitude**.

Conclusão:

O vocábulo "**incomensurável**" realmente tem o mesmo sentido de "**imensurável**".

GABARITO CERTO

14. No penúltimo período, a próclise do pronome "se" é facultativa, por isso seria gramaticalmente correto deslocá-lo para logo depois da forma verbal "esqueça" — esqueça-se.

Comentário

A questão aborda **colocação pronominal**, que trata da posição dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo. Para isso, é importante conhecer as três formas possíveis de colocação:

1. **Próclise:** O pronome é colocado antes do verbo. É exigida quando há palavras atrativas, como advérbios, pronomes indefinidos, pronomes relativos, palavras negativas, entre outros.
Exemplo: *Não me chamaram para a reunião.*
2. **Ênclise:** O pronome é colocado depois do verbo. É considerada a colocação básica, especialmente no início de frases ou quando não há palavras atrativas.
Exemplo: *Chamaram-me para a reunião.*
3. **Mesóclise:** O pronome é colocado no meio do verbo, usada em verbos no **futuro do presente** ou **futuro do pretérito** na língua culta, desde que não haja fator de atração.
Exemplo: *Dar-te-ei a resposta amanhã.*

Análise do item apresentado:

"No penúltimo período, a próclise do pronome 'se' é facultativa, por isso seria gramaticalmente correto deslocá-lo para logo depois da forma verbal 'esqueça' — esqueça-se."

O trecho analisado é: "**Não se esqueça deste recado.**"

- O advérbio "**não**", que expressa **negação**, é uma **palavra atrativa** que exige obrigatoriamente o uso da **próclise**.
- Assim, a colocação correta é: "**Não se esqueça**".

- A sugestão de deslocar o pronome para após o verbo ("**esqueça-se**") seria inadequada, pois violaria a regra da atração causada pelo advérbio "**não**".

Conclusão:

A próclise no trecho "**Não se esqueça**" não é facultativa, mas sim **obrigatória** devido à presença do advérbio "não".

GABARITO ERRADO

15. No décimo quinto período, o sinal de dois-pontos subsequente à oração “há uma coisa de novo” introduz um esclarecimento.

Comentário

O **sinal de dois-pontos** é amplamente utilizado na escrita para introduzir diversos elementos, como:

- **Enumerações:** "*Trouxe os materiais necessários: cadernos, canetas e lápis.*"
- **Citações:** "*O professor disse: 'Estudem com dedicação para alcançar seus objetivos.'*"
- **Explicações ou esclarecimentos:** "*Ela não conseguiu chegar a tempo: o trânsito estava intenso.*"
- **Falhas de personagens (discurso direto):** "*Ele respondeu: — Estou a caminho.*"

Análise do item apresentado:

O trecho em análise é:

"Por aqui nada de novo, tudo na santa paz do senhor... não, há uma coisa de novo: o Siriaco, o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco."

- O sinal de **dois-pontos** ocorre após a oração "**há uma coisa de novo**".
- Ele é utilizado para **introduzir um esclarecimento**: no caso, a identificação do elemento que é novidade — "**o Siriaco, o velho Siriaco...**".

Conclusão:

Os dois-pontos foram usados para introduzir um **esclarecimento** sobre o que há de novo no contexto apresentado.

GABARITO CERTO

16. Entende-se do texto que o emissor da carta se encontra na localidade de Maniçoba, onde pretende cometer muitos “pecados”.

Comentário

Esta questão exige uma **análise textual cuidadosa**, com atenção ao conteúdo explícito e implícito do texto. Para que a afirmativa seja correta, ela deve:

1. **Estar de acordo com o texto** ou ser uma conclusão lógica derivada dele.
2. **Restringir-se às informações apresentadas no texto**, sem extrapolações ou suposições.

Item apresentado:

"Entende-se do texto que o emissor da carta se encontra na localidade de Maniçoba, onde pretende cometer muitos 'pecados'."

- **Análise do texto:**

Trecho relevante:

"Maniçoba, 19 de junho de 1911. Minha mãe: Aqui cheguei em paz e salvamento, graças a Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando; dorme-se às nove da noite. Uma vida de anjo. Quando chegar aí — está compreendendo? — hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados, tão leve como os vagons que levam material para a construção da estrada de ferro de Palmeira."

1. O emissor está em Maniçoba?

- A **primeira linha da carta** deixa claro que o autor está em Maniçoba. O cabeçalho apresenta o local e a data da escrita: *"Maniçoba, 19 de junho de 1911."*
- Assim, podemos afirmar que o emissor se encontra em Maniçoba no momento da escrita.

2. Há a intenção de cometer “pecados”?

- O autor descreve a vida em Maniçoba como mansa e descompromissada: *"acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando."* Ele também afirma que dorme cedo, levando uma vida que chama ironicamente de *"uma vida de anjo"*.
- A frase *"hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados"* contém uma clara **ironia**. O autor compara a "leveza" de sua alma aos **vagões pesados** carregados de materiais, sugerindo o oposto: que sua alma estará cheia de pecados.
- Esses "pecados" são, provavelmente, associados à **gula e preguiça** (pecados capitais), dados os hábitos descritos: comer, fumar e descansar sem trabalho produtivo.

Conclusão:

O texto justifica a afirmativa, pois:

1. O emissor está em Maniçoba, como indicado no cabeçalho da carta.
2. A ironia sugere que ele voltará com a alma carregada de "pecados" relacionados à vida tranquila e indulgente que terá na cidade.

GABARITO CERTO

17. O sentido do décimo sexto período seria mantido caso a conjunção "porque" fosse substituída por **conquanto**.

Comentário

Conjunções são palavras conectivas que estabelecem relações entre orações ou termos de uma mesma oração, indicando circunstâncias como adição, oposição, causa, finalidade, entre outras. Elas podem ser **coordenativas** (ligam orações independentes) ou **subordinativas** (ligam orações dependentes). Exemplos: *mas, porém, porque, e*, etc.

Item analisado:

"O sentido do décimo sexto período seria mantido caso a conjunção 'porque' fosse substituída por 'conquanto'."

Análise do trecho:

"Diga a meu pai que lhe não escrevo porque nesta carta vai tudo o que é preciso dizer."

- A conjunção **"porque"** utilizada no trecho introduz a **causa** de o emissor não escrever ao pai. Trata-se, portanto, de uma **conjunção causal**.

- O termo "**conquanto**" tem sentido de **concessão** (equivalente a *embora, mesmo que*). Essa substituição alteraria completamente o sentido original do período, pois transformaria uma relação de causa em uma de concessão, o que não é adequado ao contexto.

Conclusão:

A substituição indicada no item prejudicaria o sentido original do trecho. Assim, o item está **INCORRETA**.

Dica de reforço sobre conjunções que costumam gerar confusão:

- **CONQUANTO**: Conjunção concessiva (*embora*).
- **PORTANTO**: Conjunção conclusiva (*logo*).
- **PORQUANTO**: Conjunção explicativa ou causal (*porque, visto que*).

O termo "**porque**" poderia ser substituído corretamente por outra conjunção causal, como *visto que, uma vez que, porquanto, ou já que*.

GABARITO ERRADO

18. O texto se desenvolve em sequências tipológicas predominantemente descritivas e narrativas.

Comentário

Os **gêneros textuais** são os textos concretos que encontramos no cotidiano, adaptados às situações comunicativas específicas. Por exemplo: carta, bilhete, e-mail, relatório, notícia, crônica, receita, cardápio, entrevista, manual de instruções, entre outros. Já os **tipos textuais** representam construções teóricas baseadas na estrutura linguística dos textos, como o uso de tempos verbais, sintaxe e vocabulário. Existem cinco tipos textuais principais: **narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo (ou expositivo) e injuntivo (ou instrucional)**. Esses tipos são "modos de organização" e não textos concretos.

Análise do item:

"O texto se desenvolve em sequências tipológicas predominantemente descritivas e narrativas."

O texto em questão pertence ao gênero **carta pessoal**, escrito por Graciliano Ramos à sua mãe. A **carta pessoal** é um gênero voltado a um destinatário específico, com linguagem geralmente informal e tema livre. Esse gênero é estruturado por:

1. **Local e data** – indicam o momento e lugar em que foi escrita.
2. **Saudação e vocativo** – identificam o destinatário.
3. **Corpo da mensagem** – o conteúdo principal da carta.
4. **Despedida e assinatura** – finalização e identificação do remetente.

No texto analisado, Graciliano combina **descrições** da cidade de Manicoba e **narrações** sobre suas experiências no local, o que explica a predominância de **segmentos descritivos e narrativos**.

Características das sequências tipológicas no texto:

1. Descritiva:

O texto descritivo retrata algo em detalhes — lugar, pessoa, objeto, etc. É marcado por **adjetivos** e formas verbais no **presente do indicativo** ou **pretérito imperfeito**. Exemplo do texto:

"Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando; dorme-se às nove da noite. Uma vida de anjo. [...] Isto agora está seco, sabe? Um pouquinho seco. A água do Ipanema tem assim uns tons de verde-paris: é mesmo da cor do açude daí."

2. Narrativa:

A narração expõe acontecimentos ou fatos, com enredo, tempo, espaço e personagens. É marcada por **verbos no pretérito** e a presença de um narrador. Exemplo do texto:

"Fui visitar o tal Lajedo das Cobras, segundo a senhora insinuou-me, e não vi nada que se parecesse com cobras. Tenha a bondade de dizer-me onde ficam esses bichos, sempre tenho vontade de admirá-los."

Conclusão:

A carta apresenta uma mistura de **descrições detalhadas** e **narrações de acontecimentos**, confirmando que suas sequências tipológicas predominantes são **descritivas e narrativas**.

GABARITO CERTO

19. No trecho “Ali nunca houve cobras nem nada” (décimo primeiro período), seria gramaticalmente correta a substituição de “houve” por existiu, sem prejuízo do sentido original do texto.

Comentário

Diferença entre os verbos HAVER e EXISTIR:

Embora os verbos **haver (com sentido de existir)** e **existir** tenham significados semelhantes, suas regras de concordância e análise sintática diferem significativamente:

HAVER (com sentido de existir ou acontecer)	EXISTIR
Verbo transitivo direto.	Verbo intransitivo.
Forma oração sem sujeito (impessoal).	Concorda com o sujeito (oração com sujeito presente).
Permanece sempre no singular .	Flexiona-se em número (singular/plural).

Exemplos para comparação:

1. **Verbo haver:**

- *Havia muitas lojas naquela rua.*
→ "muitas lojas" é objeto direto. O verbo "haver" permanece no singular por ser impessoal.

2. **Verbo existir:**

- *Existiam muitas lojas naquela rua.*
→ "muitas lojas" é o sujeito. O verbo "existir" concorda em número com o sujeito e é flexionado no plural.

Aplicação no trecho analisado:

No original: *"Ali nunca houve cobras nem nada."*

→ O verbo "haver" é usado no sentido de existir. Por ser impessoal, está no singular e forma oração **sem sujeito**.

Proposta de substituição: *"Ali nunca existiu cobras nem nada."*

→ Aqui, o verbo **existir** foi flexionado no singular, mas deveria concordar com o sujeito "cobras", que está no plural. A forma correta seria:

"Ali nunca existiram cobras nem nada."

Conclusão: A substituição proposta no item é **gramaticalmente incorreta** porque o verbo "existir" exige concordância com o sujeito, o que não ocorre na frase sugerida.

GABARITO ERRADO

20. É obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo "às" em "Lembranças às meninas" (décimo oitavo período).

Comentário

Análise sobre a Crase:

A crase ocorre quando há a fusão de duas vogais idênticas:

- **a (preposição) + a (artigo definido) = à (com acento grave).**
Outros casos de ocorrência:
- **a (preposição) + as (artigo) = às**
- **a (preposição) + a qual/as quais = à qual/às quais**
- **a (preposição) + aquele/aquilo/aquela = àquele/àquilo/àquela**
- **a (preposição) + a (pronome demonstrativo) = à**

O emprego do acento grave indica a fusão dessas vogais. Para analisar a presença de crase, é necessário observar dois aspectos:

1. **O termo anterior exige a preposição "a"?**
2. **O termo posterior aceita o artigo definido feminino "a" ou "as"?**

Se ambas as respostas forem afirmativas, ocorre a crase.

Análise do Item:

Trecho analisado: *"Lembranças às meninas"*

- O substantivo **"lembranças"** rege a preposição **"a"** (quem dá lembranças, dá a alguém).

- O substantivo feminino plural **“meninas”** é acompanhado pelo artigo definido plural **“as”**.
- Assim, ocorre a fusão entre **a (preposição) + as (artigo) = às**, exigindo o acento grave.

Portanto, o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo **“às”** é **obrigatório**.

Observação adicional:

No mesmo período, a expressão **“a tia Ju”** não apresenta crase, pois o termo **“tia Ju”** não está acompanhado de artigo definido feminino. O **“a”** existente é apenas a preposição exigida por **“Lembranças”**. Caso o artigo estivesse presente, a crase seria obrigatória:

- **Lembranças a + a tia Ju = Lembranças à tia Ju.**

Crase facultativa:

A crase é **facultativa** em situações como:

1. **Nomes próprios femininos:**
 - Exemplo: *Entreguei o presente a / à Juliana.*
2. **Pronome possessivo feminino:**
 - Exemplo: *Falei a / à minha irmã.*
3. **Preposição “até” antecedendo substantivo feminino:**
 - Exemplo: *Caminhei até a / à escola.*

Conclusão:

A crase no termo **“às meninas”** é obrigatória!

GABARITO CERTO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Julgue os itens seguintes, referente a direito administrativo.

21. A expressão "ato da Administração" tem servido mais amplo do que a expressão "ato administrativo", que abrange apenas determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa.

Comentário

O item está certo. Administração Pública, no exercício de suas diversificadas tarefas, pratica algumas modalidades de atos jurídicos que não se enquadram no conceito de atos administrativos. Nem todo ato da Administração é ato administrativo.

O conceito de ato de administração é, de fato, mais amplo do que a expressão “ato administrativo.

São espécies de atos da administração:

a) atos políticos ou de governo: não se caracterizam como atos administrativos porque são praticados pela Administração Pública com ampla margem de discricionariedade e têm competência extraída diretamente da Constituição Federal.

Exemplos: declaração de guerra, decreto de intervenção federal, veto a projeto de lei e indulto;

b) atos meramente materiais: consistem na prestação concreta de serviços, faltando-lhes o caráter prescritivo próprio dos atos administrativos. Exemplos: poda de árvore, varrição de rua e cirurgia em hospital público;

c) atos legislativos e jurisdicionais: são praticados excepcionalmente pela Administração Pública no exercício de função atípica. Exemplo: medida provisória;

d) atos regidos pelo direito privado ou atos de gestão: constituem casos raros em que a Administração Pública ingressa em relação jurídica submetida ao direito privado ocupando posição de igualdade perante o particular, isto é, destituído do poder de império. Exemplo: locação imobiliária e contrato de compra e venda;

e) contratos administrativos: são vinculações jurídicas bilaterais, distinguindo-se dos atos administrativos que são normalmente prescrições unilaterais da Administração. Exemplos de contratos administrativos: concessão de serviço público e parceria público-privada.

Fonte: Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2023.

GABARITO CERTO

22. Os atos de direito privados exercidos pela Administração Pública são espécies dos chamados "atos da Administração".

Comentário

Os atos regidos pelo direito privado, também chamado de atos de gestão, são espécie de atos da administração. constituem casos raros em que a Administração Pública ingressa em relação jurídica submetida ao direito privado ocupando posição de igualdade perante o particular, isto é, destituído do poder de império. Exemplo: locação imobiliária e contrato de compra e venda.

GABARITO CERTO

23. É possível definir ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Comentário

A legislação brasileira não conceitua ato administrativo. Por isso, os doutrinadores apresentam diferentes definições.

Celso Antônio Bandeira de Mello: "Declaração do Estado, ou de quem lhe faça as vezes, no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgãos jurisdicionais"4.

Hely Lopes Meirelles: "Toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria"5.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro: "Declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário"6.

José dos Santos Carvalho Filho: "A exteriorização da vontade dos agentes da Administração Pública ou de seus delegatários, nessa condição, que, sob regime de direito público, vise à produção de efeitos jurídicos, com o fim de atender ao interesse público"7.

Perceba que a Banca adotou o conceito dado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

GABARITO CERTO

24. A imperatividade é um atributo que existe em todos os atos administrativos.

Comentário

O atributo da imperatividade significa que o ato administrativo pode criar unilateralmente obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes. É uma capacidade de vincular terceiros a deveres jurídicos derivada do chamado poder extroverso. Ao contrário dos particulares, que só possuem poder de auto-obrigação (introverso), a Administração Pública pode criar deveres para si e também para terceiros.

Ao contrário da presunção de legitimidade, **a imperatividade é atributo da maioria dos atos administrativos, não estando presente nos atos enunciativos, como certidões e atestados, nem nos atos negociais, como permissões e autorizações.**

Fonte: Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2023.

GABARITO ERRADO

25. A invalidação é o desfazimento de um ato administrativo, e nem sempre ocorre por razões de ilegalidade.

Comentário

A anulação, também chamada de invalidação, ocorre sempre em razão de ilegalidade, conforme explica Mazza:

“Anulação ou invalidação é a extinção de um ato ilegal, determinada pela Administração ou pelo Judiciário, com eficácia retroativa – ex tunc.

Esse é o conceito que se pode extrair do art. 53 da Lei n. 9.784/99 (“a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo

de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”) e da Súmula 473 do STF (“a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”).”

ANULAÇÃO OU INVALIDAÇÃO: VÍCIO DE LEGALIDADE

REVOGAÇÃO: MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE

GABARITO ERRADO

26. O motivo e a finalidade são requisitos sempre vinculados dos atos administrativos.

Comentário

A corrente clássica defendida por Hely Lopes Meirelles e majoritária para concursos públicos está baseada no art. 2º da Lei n. 4.717/65, segundo o qual “são nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a) incompetência; b) vício de forma; c) ilegalidade do objeto; d) inexistência dos motivos; e) desvio de finalidade”.

De acordo com essa visão, os requisitos do ato administrativo são: a) competência; b) objeto; c) forma; d) motivo; e) finalidade. Motivo e objeto são requisitos discricionários porque podem comportar margem de liberdade. Competência, forma e finalidade são requisitos vinculados.

Portanto:

Corrente clássica	
5 requisitos	
Competência ou sujeito	Vinculado
Objeto	Discricionário
Forma	Vinculado
Motivo	Discricionário
Finalidade	Vinculado

Fonte: Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2023.

GABARITO ERRADO

27. A Administração pode autoexecutar suas decisões, empregando meios diretos de coerção, utilizando-se inclusive da força.

Comentário

Esse é o atributo do ato administrativo chamado de AUTOEXECUTORIEDADE.

A autoexecutoriedade permite que a Administração Pública realize a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais, usando a força física se preciso for para desconstituir situação violadora da ordem jurídica.

Trata-se de uma verdadeira “autoexecutoriedade” porque é realizada dispensando autorização judicial.

São exemplos de autoexecutoriedade:

- a) guinchamento de carro parado em local proibido;
- b) fechamento de restaurante pela vigilância sanitária;
- c) apreensão de mercadorias contrabandeadas;
- d) dispersão de passeata imoral;
- e) demolição de construção irregular em área de manancial;
- f) requisição de escada particular para combater incêndio;
- g) interdição de estabelecimento comercial irregular;
- h) destruição de alimentos deteriorados expostos para venda;
- i) confisco de medicamentos necessários para a população, em situação de calamidade pública.

ATENÇÃO1! A autoexecutoriedade difere da exigibilidade à medida que esta aplica uma punição ao particular (exemplo: multa de trânsito), mas não desconstitui materialmente a irregularidade (o carro continua parado no local proibido), representando uma coerção indireta. Enquanto a autoexecutoriedade, além de punir, desfaz concretamente a situação ilegal, constituindo mecanismo de coerção direta.

ATENÇÃO2! A autoexecutoriedade é atributo de somente alguns tipos de atos administrativos. Na verdade, apenas duas categorias de atos administrativos são autoexecutáveis:

- a) aqueles com tal atributo conferido por lei. É caso do fechamento de restaurante pela vigilância sanitária;
- b) os atos praticados em situações emergenciais cuja execução imediata é indispensável para a preservação do interesse público. Exemplo: dispersão pela polícia de manifestação que se converte em onda de vandalismo.

GABARITO CERTO

28. A invalidação dos atos administrativos opera efeitos ex nunc.

Comentário

A invalidação ou a anulação dos atos administrativos gera efeitos EX TUNC, ou seja, retroativos. A anulação deve desconstituir os efeitos desde a data da prática do ato administrativo defeituoso.

Por outro lado, na revogação (por motivo de conveniência ou oportunidade) os efeitos são EX NUNC, ou seja, não são retroativos, de forma que se conserva os efeitos produzidos até a data de sua revogação.

Quadro comparativo entre anulação e revogação		
	Anulação	Revogação
Motivo	Ilegalidade	Conveniência e oportunidade (interesse público)
Competência	Administração e Poder Judiciário	Somente a Administração
Efeitos	Retroativos (<i>ex tunc</i>)	Não retroativos (<i>ex nunc</i>)
Ato que realiza	Ato anulatório	Ato revocatório
Natureza	Decisão vinculada	Decisão discricionária
Alcance	Atos vinculados e atos discricionários	Atos discricionários perfeitos e eficazes
Prazo	5 anos	Não tem
Dica especial	Anulação de atos ampliativos e dos praticados por funcionário de fato tem efeitos <i>ex nunc</i>	A revogação só pode ser realizada com a superveniência de fato novo que deve constar da motivação do ato revocatório

GABARITO ERRADO

29. Motivo e motivação do ato administrativo são expressões equivalentes.

Comentário

O item está errado. Conforme ensina Maria Sylvia Zanela Di Pietro:

“Motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.

Pressuposto de direito é o dispositivo legal em que se baseia o ato.

Pressuposto de fato, como o próprio nome indica, corresponde ao conjunto de circunstâncias, de acontecimentos, de situações que levam a Administração a praticar o ato.

(...)

A ausência de motivo ou a indicação de motivo falso invalidam o ato administrativo.

Não se confundem motivo e motivação do ato. Motivação é a exposição dos motivos, ou seja, é a demonstração, por escrito, de que os pressupostos de fato realmente existiram.”

Portanto, a alternativa incorreta é a letra “e”, pois motivo e motivação são expressões que não se confundem:

Motivo: é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.

Ex: No ato de punição do funcionário, o motivo é a infração que ele praticou; no tombamento, é o valor cultural do bem; na licença para construir, é o conjunto de requisitos comprovados pelo proprietário; na exoneração do funcionário estável, é o pedido por ele formulado.

Motivação: é a exposição dos motivos, ou seja, é a demonstração, por escrito, de que os pressupostos de fato realmente existiram. Para punir, a Administração deve demonstrar a prática da infração. A motivação diz respeito às formalidades do ato, que integram o próprio ato, vindo

sob a forma de “consideranda”; outras vezes, está contida em parecer, laudo, relatório, emitido pelo próprio órgão expedidor do ato ou por outro órgão, técnico ou jurídico, hipótese em que o ato faz remissão a esses atos precedentes.

ATENÇÃO! MUITO IMPORTANTE PARA NÓS É A TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. Essa teoria estabelece que validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam a sua nulidade. Por outras palavras, quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido se os motivos forem verdadeiros. Tomando-se como exemplo a exoneração ad nutum, para a qual a lei não define o motivo, se a Administração praticar esse ato alegando que o fez por falta de verba e depois nomear outro funcionário para a mesma vaga, o ato será nulo por vício quanto ao motivo.

GABARITO ERRADO

30. Os atos administrativos são sempre passíveis de controle judicial.

Comentário

Conforme explica Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“Para definir o ato administrativo, é necessário considerar os seguintes dados:

1.ele constitui declaração do Estado ou de quem lhe faça as vezes; é preferível falar em declaração do que em manifestação, porque aquela compreende sempre uma exteriorização do pensamento, enquanto a manifestação pode não ser exteriorizada; o próprio silêncio pode significar manifestação de vontade e produzir efeito jurídico, sem que corresponda a um ato administrativo; falando-se em Estado, abrangem-se tanto os órgãos do Poder Executivo como os dos demais Poderes, que também podem editar atos administrativos;

2.sujeita-se a regime jurídico administrativo, pois a Administração aparece com todas as prerrogativas e restrições próprias do poder público; com isto, afastam-se os atos de direito privado praticados pelo Estado;

3.produz efeitos jurídicos imediatos; com isso, distingue-se o ato administrativo da lei e afasta-se de seu conceito o regulamento que, quanto ao conteúdo, é ato normativo, mais semelhante à lei; e afastam-se também os atos não produtores de efeitos jurídicos diretos, como os atos materiais e os atos enunciativos;

4.é sempre passível de controle judicial;

5.sujeita-se à lei.”

GABARITO CERTO

DIREITO CONSTITUCIONAL

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, de acordo com a CF.

31. O direito à liberdade de reunião é garantido pela CF, desde que exercido de forma pacífica, sem armas, em locais abertos ao público e mediante prévia autorização do poder público.

Comentário

O item está errado, pois não precisa de autorização. O que se exige é o prévio aviso:

Art. 5º

(...)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

GABARITO ERRADO

32. As atividades das associações podem ser suspensas por decisão judicial, mesmo que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado.

Comentário

O item está certo. De fato, Só se exige o trânsito em julgado para dissolver compulsoriamente as associações. Para suspender suas atividades não precisa do trânsito em julgado:

Art. 5º

(...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

GABARITO CERTO

33. A pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, usufrui de impenhorabilidade no que se refere ao pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

Comentário

O item está de acordo com o inciso XXVI do art. 5º da CF/88:

Art. 5º

(...)

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

GABARITO CERTO

No que se refere ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

34. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, por meio de resolução, apreciar tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa.

Comentário

A competência exclusiva do Congresso Nacional é exercida por meio de DECRETO LEGISLATIVO. E cabe ao CN RESOLVER definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;
III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;
IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
VI - mudar temporariamente sua sede;
VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;
XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;
XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;
XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

XVIII - decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

ATENÇÃO!

- Competência **Exclusiva do Congresso Nacional**: **Decreto Legislativo**, não precisa de sanção presidencial;
- Competência **privativa do Congresso Nacional**: **Lei em sentido estrito**, necessita de sanção presidencial.
- Competência da **Câmara dos deputados** e **Senado Federal**: **Resolução**

GABARITO ERRADO

35. Cada legislatura terá a duração de quatro anos na Câmara dos Deputados e de oito anos no Senado Federal.

Comentário

Cada legislatura tem a duração de 4 anos, independentemente do mandato exercido.

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Mandatos:

- Deputados: 4 anos (UMA legislatura)
- Senadores: 8 anos (DUAS legislaturas)

GABARITO ERRADO

36. O Poder Legislativo federal é composto pela Câmara dos Deputados, que representa os estados, e pelo Senado Federal, que representa o povo.

Comentário

É O CONTRÁRIO: a Constituição coloca os deputados federais como representantes do povo, e os senadores como representantes dos Estados.

CF/88, art. 45. **A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo**, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal.

[...]

Art. 46. **O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal**, eleitos segundo o princípio majoritário.

GABARITO ERRADO

Acerca das atribuições do Presidente da República, julgue os itens a seguir.

37. Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, proceder à autorização de guerra no caso de agressão estrangeira.

Comentário

Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, proceder à autorização de guerra no caso de agressão estrangeira.

Quem autoriza é o Congresso Nacional. O Presidente declara guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional:

Art. 84, CF88. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

GABARITO ERRADO

38. É ato indelegável e de competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Comentário

É delegável sim!

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 84 da Constituição Federal e seu parágrafo único:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

(...)

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

(...)

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Portanto, o Presidente da República pode delegar:

(i) dispor, mediante decreto, sobre: (i.a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e (i.b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos (art. 84, VI);

(ii) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei (art. 84, XII); e

(iii) prover os cargos públicos federais, na forma da lei (art. 84, XXV, primeira parte). Aqui, vale frisar que a extinção de cargos públicos federais, prevista na 2ª parte do preceito constitucional, é INDELEGÁVEL.

Para quem ele pode delegar?

- Ministros de Estado
- Procurador-Geral da República
- Advogado Geral da União

Mnemônico para decorar todas essas informações:



Portanto, de acordo com a Constituição Federal, a atribuição de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, é de competência privativa do Presidente da República, podendo ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral

da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

GABARITO ERRADO

39. Compete ao presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional nos casos previstos na norma constitucional.

Comentário

Compete ao presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional nos casos previstos na norma constitucional.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

(...)

XXVIII - propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição.

GABARITO CERTO

40. Vetar projetos de lei, total ou parcialmente, e editar medidas provisórias com força de lei são exemplos de atos de competência privativa do presidente da República.

Comentário

Vetar projetos de lei, total ou parcialmente, e editar medidas provisórias com força de lei são exemplos de atos de competência privativa do presidente da República.

A competência privativa do Presidente da República está prevista no art. 84 da CF/88:

Atribuições do Presidente da República
--

I - Nomear e exonerar os Ministros de Estado
--

Atribuições do Presidente da República
II - Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado , a direção superior da administração federal
III - Iniciar o processo legislativo
IV - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis; expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução
V - Vetar projetos de lei, total ou parcialmente
VI - Dispor, mediante decreto, sobre:
a) Organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos
b) Extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos
VII - Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos
VIII - Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional
IX - Decretar o estado de defesa e o estado de sítio
X - Decretar e executar a intervenção federal
XI - Remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa
XII - Conceder indulto e comutar penas
XIII - Exercer o comando supremo das Forças Armadas
XIV - Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei
XV - Nomear os Ministros do Tribunal de Contas da União
XVI - Nomear os magistrados e o Advogado-Geral da União
XVII - Nomear membros do Conselho da República
XVIII - Convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional
XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;
XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;
XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;
XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;
XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;
XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;
XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.
XXVIII - propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição.

Atribuições do Presidente da República
Parágrafo único: O Presidente da República poderá delegar algumas atribuições aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, observando os limites traçados nas respectivas delegações.

GABARITO CERTO

DIREITO ELEITORAL

A respeito do Código Eleitoral, julgue os itens a seguir.

41. Roseli, acadêmica de Direito, estudando a competência da Justiça Eleitoral para a avaliação da faculdade, aprendeu que, de acordo com o Código Eleitoral, compete, exemplificativamente, ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e Juízes Eleitorais de Estados diferentes e a suspeição ou impedimento aos seus membros, ao Procurador-Geral e aos funcionários da sua Secretaria.

Comentário

A competência originária do Tribunal Superior está prevista no art. 22 do Código Eleitoral. Essa é a competência jurisdicional do TSE.

Art. 22. Compete ao Tribunal Superior:

I - Processar e julgar originariamente:

- a) o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência e vice-presidência da República;
- b) os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e juizes eleitorais de Estados diferentes;
- c) a suspeição ou impedimento aos seus membros, ao Procurador Geral e aos funcionários da sua Secretaria;
- d) os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos seus próprios juizes e pelos juizes dos Tribunais Regionais;
- e) o habeas corpus ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, relativos a atos do Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos Tribunais Regionais; ou, ainda, o habeas corpus, quando houver perigo de se consumir a violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração; (Vide suspensão de execução pela RSF nº 132, de 1984)
- f) as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos;

g) as impugnações á apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República;

h) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de trinta dias da conclusão ao relator, formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada. (Redação dada pela Lei nº 4.961, de 1966)

i) as reclamações contra os seus próprios juizes que, no prazo de trinta dias a contar da conclusão, não houverem julgado os feitos a eles distribuídos. (Incluído pela Lei nº 4.961, de 1966)

j) a ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro de cento e vinte dias de decisão irrecurável, possibilitando-se o exercício do mandato eletivo até o seu trânsito em julgado. (Incluído pela LCP nº 86, de 1996) (Produção de efeito)

II - julgar os recursos interpostos das decisões dos Tribunais Regionais nos termos do Art. 276 inclusive os que versarem matéria administrativa.

Parágrafo único. As decisões do Tribunal Superior são irrecuráveis, salvo nos casos do Art. 281.

ATENÇÃO! A definição de competência jurisdicional do TSE contida nesse art. 22 NÃO É EXAUSTIVA, cabendo a esse Tribunal o julgamento de outras demandas, como, por exemplo, a ação de impugnação de registro de candidatura, a ação de investigação judicial eleitoral e a ação de impugnação de mandato eletivo nas eleições presidenciais.

GABARITO CERTO

42. O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.

Comentário

O alistamento é a primeira fase do processo eleitoral. É o ato jurídico pelo qual a pessoa natural adquire, perante a Justiça Eleitoral, após a habilitação e a comprovação do preenchimento de requisitos legais, a capacidade eleitoral ativa.

Código Eleitoral

Art. 42. O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.

GABARITO CERTO

43. O empregado mediante comunicação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, para o fim de se alistar eleitor ou requerer transferência.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 48 do Código Eleitoral:

Art. 48. O empregado mediante comunicação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, para o fim de se alistar eleitor ou requerer transferência.

Disposição legal semelhante encontramos na Lei nº 8112/90:

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

[...]

II – por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor

GABARITO CERTO

No que se refere à Lei nº 9.504/1997, julgue os itens a seguir.

44. É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária e proporcional.

Comentário

Segundo o TSE:

“Coligação é a união de dois ou mais partidos com vistas na apresentação conjunta de candidatos a determinada eleição. A coligação, apesar de não possuir personalidade jurídica civil, como os partidos, é um ente jurídico com direitos e obrigações durante todo o processo eleitoral. É uma entidade jurídica de direito eleitoral, temporária, com todos os direitos assegurados aos partidos, e com todas as suas obrigações, inclusive as resultantes de contratos com terceiros, e as decorrentes de atos ilícitos”.

Ocorre que não é mais permitido realizações coligações em eleições proporcionais, sendo permitida apenas nas eleições majoritárias, conforme a Constituição Federal:

Art. 17

(...)

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

E a Lei das Eleições também tratou da matéria em 2021:

Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária. (Redação dada pela Lei nº 14.211, de 2021)

GABARITO ERRADO

45. A denominação da coligação poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, bem como conter pedido de voto para partido político.

Comentário

O item está INCORRETA, pois não poderá:

Art. 6º

(...)

§ 1º-A. A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político.

Não podemos ter, por exemplo, uma coligação denominada “Coligação 45145” ou “Coligação Vote no 11 para Governador”.

GABARITO ERRADO

No que se refere à Lei dos Partidos Políticos, julgue os itens a seguir.

46. Para desligar-se de seu partido político, o filiado deve comunicar expressamente sua intenção ao órgão partidário e ao juiz competentes.

Comentário

O item está CORRETO, pois é o que determina o art. 21:

Art. 21. Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

Decorrido 2 dias da entrega da comunicação, o vínculo é extinto para todos os efeitos:

Parágrafo único. Decorridos dois dias da data da entrega da comunicação, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos.

GABARITO CERTO

47. O partido político pode aceitar como filiado qualquer pessoa natural, independentemente do estado em que ela se encontre, já que todos têm iguais direitos e deveres perante a lei.

Comentário

O eleitor que pretende se filiar a partido tem que estar no pleno gozo de seus direitos políticos, ou seja, um eleitor que tenha perdido ou está com seus direitos políticos suspensos não podem se filiar.

Art. 16. Só pode filiar-se a partido o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.

GABARITO ERRADO

48. Os prazos de filiação partidária não podem ser objeto do estatuto dos partidos políticos.

Comentário

O item está INCORRETO, pois os prazos de filiação podem sim ser objetos do estatuto de um partido político, que, aliás, pode estabelecer prazo superior ao da legislação:

Art. 20. É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

Parágrafo único. Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

GABARITO ERRADO

No que se refere à resolução nº 23.659/2021, julgue os itens a seguir.

49. Eventual incorreção dos dados contidos na certidão de regularidade em relação à obrigação de prestar constas à Justiça eleitoral poderá ser sanada perante qualquer cartório eleitoral.

Comentário

O item está INCORRETO, pois as correções só podem ser sanadas perante o cartório do domicílio do eleitor ou da eleitora:

Art. 3º

(...)

§ 4º Eventual incorreção dos dados contidos na certidão somente poderá ser sanada perante o cartório do domicílio do eleitor ou da eleitora, observado o disposto no art. 39 desta Resolução.

GABARITO ERRADO

50. A aquisição do gozo de direitos políticos por pessoa brasileira em Portugal não acarreta a suspensão de direitos políticos ou o cancelamento da inscrição eleitoral e não impede o alistamento eleitoral ou as demais operações do Cadastro Eleitoral.

Comentário

O item está CORRETO, nos termos do § 3º do art. 11:

Art. 11

(...)

§ 3º A aquisição do gozo de direitos políticos por pessoa brasileira em Portugal não acarreta a suspensão de direitos políticos ou o cancelamento da inscrição eleitoral e não impede o alistamento eleitoral ou as demais operações do Cadastro Eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GESTÃO DE PESSOAS

Julgue os itens a seguir a respeito do recrutamento e seleção.

51. As vantagens do recrutamento externo incluem estimulação da organização, enriquecimento do patrimônio humano, aumento do capital intelectual e renovação da cultura organizacional por meio da introdução de novos talentos, habilidades e expectativas.

Comentário

Segundo **Chiavenato (2008)**, o **recrutamento externo** compreende o conjunto de atividades destinadas a atrair candidatos qualificados que se encontram fora da organização, ou seja, no mercado de trabalho. Esses candidatos serão submetidos a um processo de seleção com o objetivo de ingressar na empresa.

Vantagens do Recrutamento Externo:

1. **Introdução de “sangue novo”** na organização, trazendo diversidade e renovação.
2. **Enriquecimento do patrimônio humano** com novos talentos e habilidades.
3. **Aumento do capital intelectual** pela inclusão de novos conhecimentos e competências.
4. **Renovação da cultura organizacional**, com a incorporação de novas aspirações e ideias.
5. **Interação com o mercado de recursos humanos**, permitindo um enriquecimento mais dinâmico e ágil do capital intelectual da empresa.

Referência Bibliográfica:

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

52. O contato com sindicatos e associações de classe é uma técnica de recrutamento interno que apresenta a vantagem da participação de outras organizações, sem a elevação de custos.

Comentário

De acordo com **Chiavenato (2009)**, o recrutamento pode ser realizado por três meios principais:

1. **Recrutamento Interno**
2. **Recrutamento Externo**
3. **Recrutamento Misto**

Definições e Características:

- **Recrutamento Interno:**

Ocorre quando a organização busca preencher vagas ou oportunidades por meio do remanejamento de seus próprios colaboradores. Esse remanejamento pode ser realizado por:

- **Promoção** (movimentação vertical);
- **Transferência** (movimentação horizontal); ou
- **Transferência com promoção** (movimentação diagonal).

- **Recrutamento Externo:**

Caracteriza-se pelo preenchimento de vagas com candidatos externos à organização. Esses indivíduos são atraídos por meio de técnicas específicas de recrutamento externo, como anúncios, redes sociais, contatos com sindicatos e associações de classe, entre outros.

- **Recrutamento Misto:** Trata-se da combinação simultânea das técnicas interna e externa de recrutamento. Na prática, as empresas frequentemente utilizam uma abordagem mista, pois os dois métodos se complementam.

Correção do Item: O contato com **sindicatos e associações de classe** é uma técnica de recrutamento **EXTERNO** ou **MISTO**, pois envolve entidades externas à organização. Esse método **não é uma prática de recrutamento interno**, já que não envolve remanejamento de funcionários da própria empresa.

Ademais, essa técnica apresenta como vantagem o envolvimento de outras organizações no processo de recrutamento, muitas vezes sem gerar custos adicionais.

GABARITO ERRADO

53. A formação de grupos focais é uma técnica amplamente utilizada em processos de seleção, pois possibilita a identificação do modo como os candidatos pensam e se comportam em equipes e ao tomarem decisões de trabalho.

Comentário

Análise da Técnica de Grupos Focais (GF):

Um **grupo focal** é uma técnica de pesquisa qualitativa amplamente utilizada para explorar ideias, opiniões e comportamentos. Seu propósito principal é coletar informações em profundidade, geralmente por meio de discussões estruturadas ou semi-estruturadas com um pequeno grupo de pessoas, mediadas por um facilitador.

Características dos Grupos Focais:

1. **Objetivo:** Avaliar conceitos, identificar problemas ou explorar percepções sobre produtos, serviços ou políticas.
2. **Método:** Encontros presenciais ou virtuais com perguntas direcionadas e debate colaborativo.
3. **Aplicações:**
 - Pesquisas de marketing (reação a novos produtos ou campanhas);
 - Análise do desempenho de serviços ou atividades;
 - Planejamento estratégico e desenvolvimento organizacional.
4. **Vantagens:** Rápida implementação, custo relativamente baixo e coleta rica de dados qualitativos.

Erro do Item:

A alternativa erra ao afirmar que a formação de grupos focais é uma técnica amplamente utilizada em **processos de seleção** de candidatos. Embora a dinâmica em grupo seja comum na seleção, ela difere substancialmente do conceito de **grupo focal**, que é usado para pesquisas qualitativas e não para avaliar habilidades individuais ou comportamentos específicos em um processo seletivo.

Correção:

Grupos focais são voltados para **avaliação qualitativa de ideias, produtos ou serviços** e não para identificar características ou comportamentos de candidatos em um processo seletivo. Técnicas

adequadas para seleção incluem entrevistas, dinâmicas de grupo e testes de habilidades específicas, mas **grupos focais não são indicados para esse propósito.**

GABARITO ERRADO

54. De acordo com a abordagem taylorista, a análise de cargos está intimamente relacionada à produtividade do trabalhador, que é medida exclusivamente em termos quantitativos.

Comentário

Segundo **Chiavenato (1999)**, o conceito de desenho de cargos teve sua evolução pautada pelo crescimento das organizações e pela crescente complexidade das tarefas, o que demandou um número maior de trabalhadores para realizá-las. Esse modelo encontra suas raízes na **Teoria de Taylor**, conhecida como Administração Científica, que priorizava a **padronização das tarefas**. Esse método visava aumentar a eficiência produtiva e garantir uniformidade na qualidade dos resultados.

Características do Modelo Clássico de Desenho de Cargos:

1. **Enfoque mecanicista:** A pessoa era vista como um "apêndice da máquina", ou seja, um elemento subordinado à tecnologia e aos processos produtivos.
2. **Predominância da tecnologia:** O maquinário e os equipamentos eram considerados prioritários, relegando o trabalhador a um papel secundário no processo.
3. **Valorização da produtividade:** O desempenho humano era avaliado com base no volume produzido, reforçando a visão quantitativa.
4. **Padronização:** A execução das tarefas era previamente definida, com o objetivo de minimizar erros e maximizar a eficiência.

Modelo Taylorista:

Esse modelo enfatizava o fracionamento e a simplificação das tarefas, transformando o trabalho em atividades repetitivas e especializadas. A ideia central era que o trabalhador seguisse rigorosamente os padrões estabelecidos, garantindo homogeneidade e previsibilidade no processo produtivo.

Justificativa do Item:

O enunciado destaca corretamente as características do modelo clássico de desenho de cargos, evidenciando o papel secundário dos trabalhadores frente à tecnologia e a ênfase na produção padronizada. Isso está em consonância com os princípios defendidos por Taylor e com a análise de Chiavenato.

GABARITO CERTO

55. Em uma análise de cargos, além das responsabilidades envolvidas, devem ser especificados os requisitos mentais a serem exigidos.

Comentário

Conforme **Ribas e Salim (2016)**, a análise de cargos vai além da descrição das responsabilidades, envolvendo também a identificação dos **requisitos mentais** necessários para o desempenho adequado da função. Isso inclui os conhecimentos, habilidades e competências que o ocupante do cargo deve possuir.

Conceito de Análise de Cargos:

A análise de cargos, também conhecida como **especificação de cargos**, busca detalhar as exigências do cargo em relação ao ocupante, respondendo às seguintes perguntas:

- **O que o ocupante deve saber?** (conhecimentos)
- **O que ele deve ser capaz de fazer?** (habilidades)
- **Quais características ele deve ter?** (capacidades)

Diferença entre Descrição e Análise de Cargos:

Embora a **descrição** e a **análise** de cargos sejam complementares, há uma distinção importante:

- **Descrição de Cargos:** Focaliza o **conteúdo do cargo**, explicando o que o ocupante faz, como faz, quando faz e por que faz.
- **Análise de Cargos:** Determina os **requisitos necessários** ao ocupante, abrangendo aspectos **físicos, mentais**, responsabilidades e condições de trabalho.

Citação:

Ribas e Salim (2016) afirmam:

"Enquanto a descrição de cargos focaliza o conteúdo do cargo (o que o ocupante faz, quando faz, como faz e por que faz), a análise de cargos procura determinar os requisitos físicos e mentais que o ocupante deve possuir, as responsabilidades que o cargo lhe impõe e as condições em que o trabalho deve ser feito."

Conclusão:

A afirmativa está correta, pois a análise de cargos inclui a especificação dos **requisitos mentais** necessários, além das responsabilidades e outras condições relacionadas ao trabalho.

GABARITO CERTO

56. Embora a análise e a descrição de cargos sejam relacionadas, elas se distinguem quanto ao escopo: a análise de cargos concentra-se no conteúdo dos cargos, enquanto a descrição de cargos visa determinar os requisitos físicos e mentais necessários à ocupação de determinado cargo.

Comentário

O examinador **confundiu os conceitos** ao inverter as definições de **análise de cargos** e **descrição de cargos**, que possuem escopos distintos, mas interrelacionados.

Diferenças entre Análise e Descrição de Cargos:

1. Descrição de Cargos:

- Focaliza o **conteúdo do cargo**.
- Detalha **tarefas, deveres e responsabilidades** associadas ao cargo.
- Tem como objetivo permitir a **diferenciação entre os cargos** existentes na organização.
- Segundo **Ribas e Salim (2013)**:

"A descrição do cargo relaciona de maneira breve as tarefas, os deveres e as responsabilidades do cargo."

2. Análise de Cargos:

- Visa determinar os **requisitos físicos, mentais, responsabilidades e condições** exigidas pelo cargo.
- Concentra-se no que o ocupante precisa ter em termos de **conhecimentos, habilidades e competências** para desempenhar o cargo.
- Conforme os autores:

"Analisar um cargo significa detalhar o que o cargo exige de seu ocupante em termos de conhecimentos, habilidades e capacidades, para que possa desempenhá-lo adequadamente."

3. Inter-relação entre Análise e Descrição:

- A **análise de cargos** é feita com base na **descrição de cargos**.
- Enquanto a descrição detalha **o que o ocupante faz e como faz**, a análise determina **o que o ocupante precisa para fazer**.

Erro da Questão:

A afirmativa inverte os conceitos:

- A descrição de cargos trata das **atribuições, tarefas e responsabilidades do cargo**.
- A análise de cargos, por outro lado, aborda os **requisitos físicos e mentais**, bem como as condições necessárias para o desempenho.

Fonte: Ribas, Andreia, Salim, Cassiano (2013). *Gestão de pessoas para concursos*. Alumnus, uma editora do grupo LeYa.

GABARITO ERRADO

A respeito das teorias e escolas da administração, julgue os itens a seguir.

57. As primeiras teorias da administração, a exemplo da administração científica, focavam em delimitar tarefas e garantir sua execução, enquanto abordagens mais complexas, a exemplo da contingência, focam em elementos ligados ao ambiente de atuação.

Comentário

A questão aborda a evolução das teorias administrativas e seus focos ao longo do tempo, desde a **Administração Científica**, de Frederick Taylor, até a **Teoria da Contingência**.

Análise da Questão:

- **Primeiras teorias administrativas:**
 - Na época em que surgiram, a produção industrial era caracterizada pela padronização de processos e produtos, o que exigia métodos que otimizassem a execução das tarefas e aumentassem a eficiência.
 - A **Administração Científica**, desenvolvida por Frederick Taylor, visava maximizar a produtividade por meio de estudos científicos, como o **estudo dos tempos e movimentos**, e da divisão do trabalho em tarefas específicas e especializadas.

- Lacombe e Heilborn destacam:

“A escola de administração científica tinha como ênfase a divisão do trabalho em tarefas elementares e praticamente indivisíveis e a especialização das pessoas na execução dessas tarefas, visando a obter ganhos de produtividade e oferecer incentivos financeiros para aumentar a produção.”

- **Teoria da Contingência:**

- Com o passar do tempo e o aumento da complexidade das organizações, tornou-se evidente que a padronização rígida não atendia mais às demandas de um mercado em constante transformação.
- A **Teoria da Contingência** foca no entendimento do ambiente organizacional e sua influência sobre as organizações. Ela reconhece que não existe um único modelo de gestão eficaz para todas as situações e que as decisões devem considerar fatores internos e externos ao ambiente organizacional.
- Segundo Lacombe e Heilborn:

“A teoria da contingência está intimamente ligada à abordagem sistêmica. Ela diz que o melhor estilo gerencial e as melhores decisões dependem, em cada caso, de muitos fatores: do ambiente em que se encontra a empresa, do seu pessoal e da sua situação específica.”

Conclusão:

A assertiva está **CORRETA**, pois reflete com precisão a transição de um enfoque interno e operacional nas primeiras teorias administrativas (como a Administração Científica) para a consideração do ambiente externo e dos fatores contingenciais nas teorias mais modernas, como a Teoria da Contingência.

GABARITO CERTO

58. Divisão do trabalho, autoridade, unidade de direção e de comando são princípios típicos da teoria neoclássica da administração.

Comentário

A questão apresenta os **princípios da Teoria Neoclássica**, mas associa erroneamente princípios que pertencem à **Teoria Clássica de Fayol**.

Análise:

Os princípios mencionados na questão — **Divisão do Trabalho, Especialização, Hierarquia e Amplitude Administrativa** — são elementos fundamentais nos **14 Princípios Gerais da Administração** formulados por **Henri Fayol**, que fundamentam a **Teoria Clássica da Administração**, e não a Neoclássica.

Princípios Gerais da Administração de Fayol (Teoria Clássica):

1. **Divisão do Trabalho:** especialização para aumentar a eficiência.
2. **Autoridade:** o direito de dar ordens e o poder de exigir obediência.
3. **Centralização:** concentração da autoridade na alta administração.
4. **Cadeia Escalar:** hierarquia como linha de autoridade.
5. **Ordem:** organização dos recursos e pessoas no lugar certo.
6. **Unidade de Direção:** uma única cabeça para dirigir cada conjunto de atividades.
7. **Unidade de Comando:** cada funcionário deve ter apenas um superior.
8. **Disciplina:** cumprimento das regras organizacionais.
9. **Subordinação dos Interesses Individuais aos Gerais:** os interesses da organização prevalecem sobre os pessoais.
10. **Equidade:** justiça e imparcialidade no trato com os colaboradores.
11. **Estabilidade do Pessoal:** baixa rotatividade é desejável.
12. **Remuneração:** justa e compatível com o trabalho.
13. **Iniciativa:** encorajamento à criatividade e proatividade.
14. **Espírito de Equipe:** união e harmonia entre os colaboradores.

Teoria Neoclássica:

A Teoria Neoclássica retoma conceitos da Teoria Clássica, mas os adapta para as demandas contemporâneas. Seus princípios não se limitam a repetir os de Fayol, mas se orientam pela **ênfase na prática administrativa** e pela **flexibilidade para a tomada de decisão**.

- A Neoclássica foca na **organização eficiente** e em práticas como:
 - Administração por objetivos.
 - Delegação e descentralização.
 - Ênfase nos resultados e nos objetivos organizacionais.

Conclusão:

A questão está **INCORRETA**, porque os princípios citados são da **Teoria Clássica de Fayol**, não da Teoria Neoclássica.

GABARITO ERRADO

59. A teoria das relações humanas surgiu em 1930 e focava os efeitos das condições ambientais sobre a produtividade.

Comentário

O item está **CORRETO**, conforme explica Chiavenato:

A Teoria das Relações Humanas (ou Escola Humanística da Administração) surgiu nos Estados Unidos, como consequência das conclusões da Experiência de Hawthorne, desenvolvida por Elton Mayo e colaboradores. Foi um movimento de reação e oposição à Teoria Clássica da Administração.

A Teoria das Relações Humanas tem suas origens nos seguintes fatos:

1. A necessidade de humanizar e democratizar a Administração, libertando-a dos conceitos rígidos e mecanicistas da Teoria Clássica e adequando-a aos novos padrões de vida do povo americano. Nesse sentido, a Teoria das Relações Humanas revelou-se um movimento tipicamente americano e voltado para a democratização dos conceitos administrativos.
2. O desenvolvimento das ciências humanas, principalmente a psicologia, bem como sua crescente influência intelectual e suas primeiras aplicações à organização industrial. As ciências humanas vieram demonstrar a inadequação dos princípios da Teoria Clássica.
3. As ideias da filosofia pragmática de John Dewey e da psicologia dinâmica de Kurt Lewin foram fundamentais para o humanismo na Administração. Elton Mayo é o fundador da escola. Dewey e Lewin também contribuíram para sua concepção.³ A sociologia de Pareto foi fundamental.⁴
4. As conclusões da Experiência de Hawthorne, **realizada entre 1927 e 1932**, sob a coordenação de Elton Mayo, que puseram em xeque os principais postulados da Teoria Clássica da Administração.

O advento da Teoria das Relações Humanas trouxe uma nova linguagem que passou a dominar o repertório administrativo: fala-se agora em motivação, liderança, comunicação, organização informal, dinâmica de grupo etc. Os conceitos clássicos de autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, departamentalização, princípios gerais de Administração etc. passam a ser

contestados ou deixados de lado. Subitamente, explora-se o reverso da medalha. O engenheiro e o técnico cedem lugar ao psicólogo e ao sociólogo. O método e a máquina perdem a primazia em favor da dinâmica de grupo. A felicidade humana passa a ser vista sob um ângulo diferente, pois o homo economicus cede o lugar para o homem social. Essa revolução na Administração ocorreu nos prenúncios da Segunda Guerra Mundial, ressaltando o caráter democrático da Administração. A ênfase nas tarefas e na estrutura é substituída pela ênfase nas pessoas.

Com a Teoria das Relações Humanas, surge uma nova concepção sobre a natureza do homem: o homem social, que se baseia nos seguintes aspectos:

1. Os trabalhadores são criaturas sociais complexas, dotadas de sentimentos, desejos e temores. O comportamento no trabalho, como o comportamento em qualquer lugar, é uma consequência de muitos fatores motivacionais.
2. As pessoas são motivadas por necessidades humanas e alcançam suas satisfações por meio dos grupos sociais com que interagem. Dificuldades em participar e em se relacionar com o grupo provocam elevação da rotatividade de pessoal (turnover), abaixamento do moral, fadiga psicológica, redução dos níveis de desempenho etc.
3. O comportamento dos grupos sociais é influenciado pelo estilo de supervisão e liderança. O supervisor eficaz é aquele que possui habilidade para influenciar seus subordinados, obtendo lealdade, padrões elevados de desempenho e alto compromisso com os objetivos da organização.
4. As normas sociais do grupo funcionam como mecanismos reguladores do comportamento dos membros. Os níveis de produção são controlados informalmente pelas normas do grupo. Esse controle social adota tanto sanções positivas (estímulos, aceitação social etc.) como negativas (gozações, esfriamento por parte do grupo, sanções simbólicas etc.).

GABARITO CERTO

60. Na visão burocrática, o trabalho realiza-se por meio de funcionários que ocupam cargos com atribuições oficiais, fixas e ordenadas por meio de regras, leis ou disposições regimentais.

Comentário

O item está CORRETO, conforme explica Chiavenato:

A partir da década de 1940, as críticas feitas tanto à Teoria Clássica pelo seu mecanicismo como à Teoria das Relações Humanas por seu romantismo ingênuo revelaram a falta de uma teoria da organização sólida e abrangente que servisse de orientação para o trabalho do administrador. Alguns estudiosos foram buscar nas obras de um economista e sociólogo já falecido, Max Weber,

a inspiração para essa nova teoria da organização. Surgiu, assim, a Teoria da Burocracia na Administração.

CARACTERÍSTICAS DA BUROCRACIA SEGUNDO WEBER

Segundo o conceito popular, a burocracia é entendida como uma organização em que o papelório se multiplica e se avoluma, impedindo soluções rápidas ou eficientes. O termo também é empregado com o sentido de apego dos funcionários aos regulamentos e às rotinas, causando ineficiência à organização. O leigo passou a dar o nome de burocracia aos defeitos do sistema (disfunções) e não ao sistema em si mesmo. O conceito de burocracia para Max Weber é exatamente o contrário. Para ele, a burocracia é a organização eficiente por excelência. Para conseguir eficiência, a burocracia explica nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas. Segundo Max Weber, a burocracia tem as seguintes características:

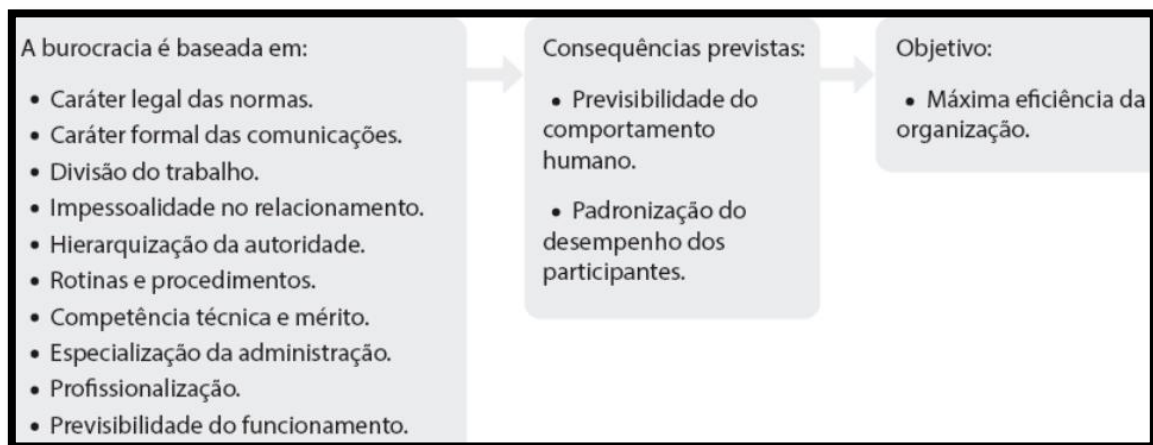
1. Caráter legal das normas e dos regulamentos.
2. Caráter formal das comunicações.
3. Caráter racional e divisão do trabalho.
4. Impessoalidade nas relações.
5. Hierarquia de autoridade.
6. Rotinas e procedimentos padronizados.
7. Competência técnica e meritocracia.
8. Especialização da administração.
9. Profissionalização dos participantes.
10. Completa previsibilidade do funcionamento.

VANTAGENS:

Weber viu inúmeras razões para explicar o avanço da burocracia sobre as outras formas de associação. As vantagens da burocracia, para ele, são:

1. Racionalidade em relação ao alcance dos objetivos da organização.
2. Precisão na definição do cargo e na operação, pelo conhecimento exato dos deveres.
3. Rapidez nas decisões, pois cada um conhece o que deve ser feito e por quem e as ordens e papéis tramitam por meio de canais preestabelecidos.

4. Univocidade de interpretação garantida pela regulamentação específica e escrita. Por outro lado, a informação é discreta, pois é fornecida apenas a quem deve recebê-la.
5. Uniformidade de rotinas e procedimentos que favorecem a padronização, a redução de custos e erros, pois as rotinas são definidas por escrito.
6. Continuidade da organização por meio da substituição do pessoal que é afastado. Além disso, os critérios de seleção e escolha do pessoal baseiam-se na capacidade e na competência técnica.
7. Redução do atrito entre as pessoas, pois cada funcionário conhece o que é exigido dele e quais os limites entre suas responsabilidades e as dos outros.
8. Constância, pois os mesmos tipos de decisão devem ser tomados em circunstâncias similares.
9. Confiabilidade, pois o negócio é conduzido por regras conhecidas, e os casos similares são metodicamente tratados dentro da mesma maneira sistemática. As decisões são previsíveis, e o processo decisório, por ser despersonalizado no sentido de excluir sentimentos irracionais, como amor, raiva, preferências pessoais, elimina a discriminação pessoal.
10. Benefícios para as pessoas na organização, pois a hierarquia é formalizada, o trabalho é dividido entre as pessoas de maneira ordenada, elas são treinadas para se tornarem especialistas, podendo seguir carreira na organização em função de seu mérito pessoal e competência técnica.



GABARITO CERTO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No que se refere às características básicas das organizações formais modernas, julgue os itens a seguir.

61. As organizações modernas seguem o princípio da formalidade, segundo o qual as relações internas são regidas por normas costumeiras e tradicionais.

Comentário

As organizações modernas seguem o princípio da formalidade, segundo o qual as relações internas são regidas por normas escritas e estabelecidas, não por normas costumeiras e tradicionais.

Segundo Chiavenato:

“Dá-se o nome de organizações formais às organizações caracterizadas por regras e regulamentos formalizados por escrito e por estruturas de posições e hierarquia que ordenam as relações entre os indivíduos ou órgãos componentes. Por meio da organização formal procura-se tirar vantagens da especialização de atividades, facilitar o processo de tomada de decisões e assegurar o cumprimento e execução dessas decisões pelos indivíduos participantes. Assim, a organização formal “tenta regular o comportamento humano para o alcance eficiente dos objetivos explícitos, tornando-se um caso de estudo especial”.⁴ De um modo geral, as organizações formais são altamente burocratizadas. O fato é que organizações virtuais, como redes, plataformas e ecossistemas estão surgindo em uma velocidade incrível, como veremos adiante.”

Fonte: Chiavenato, Idalberto. Administração: Teoria, Processo e Prática. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2022.

GABARITO ERRADO

62. Organização formal caracteriza-se como a organização oficialmente estabelecida, embasada na divisão racional do trabalho e na diferenciação e integração de seus órgãos.

Comentário

De fato, essa é a organização formal. Segundo Chiavenato, a organização pode ser visualizada sob dois aspectos:

A) Organização formal: é a organização baseada em uma divisão do trabalho racional, na diferenciação e integração dos participantes de acordo com algum critério estabelecido por aqueles que detêm o processo decisório. É a organização planejada, que está no papel. Geralmente é aprovada pela direção e comunicada a todos os participantes por meio de manuais de organização, descrições de cargos, organogramas, regras e regulamentos etc. Em outros termos, é a organização formalizada oficialmente.

B) Organização informal: é a organização que emerge espontânea e naturalmente entre as pessoas que ocupam posições na organização formal e a partir dos relacionamentos como ocupantes de cargos. Forma-se com base nas relações de amizade (ou de antagonismos) e do surgimento de grupos informais que não aparecem no organograma ou em qualquer outro documento formal. Assim, a organização informal é constituída de interações e relacionamentos sociais entre as pessoas em função de suas atividades na organização formal. A organização informal surge a partir das relações e interações impostas pela organização formal para o desempenho das atividades. Todavia, a organização informal transcende e ultrapassa a formal em vários aspectos, como:

- **Duração:** enquanto a organização formal está confinada ao horário de trabalho, a organização informal pode prolongar-se para os períodos de lazer ou tempos livres das pessoas.
- **Localização:** enquanto a organização formal está circunscrita a um local físico determinado, a organização informal pode ocorrer em qualquer local, dentro ou fora da empresa.
- **Assuntos:** a organização formal limita-se aos interesses da empresa, enquanto a informal abrange todos os interesses comuns das pessoas envolvidas.

Esquematizando:



GABARITO CERTO

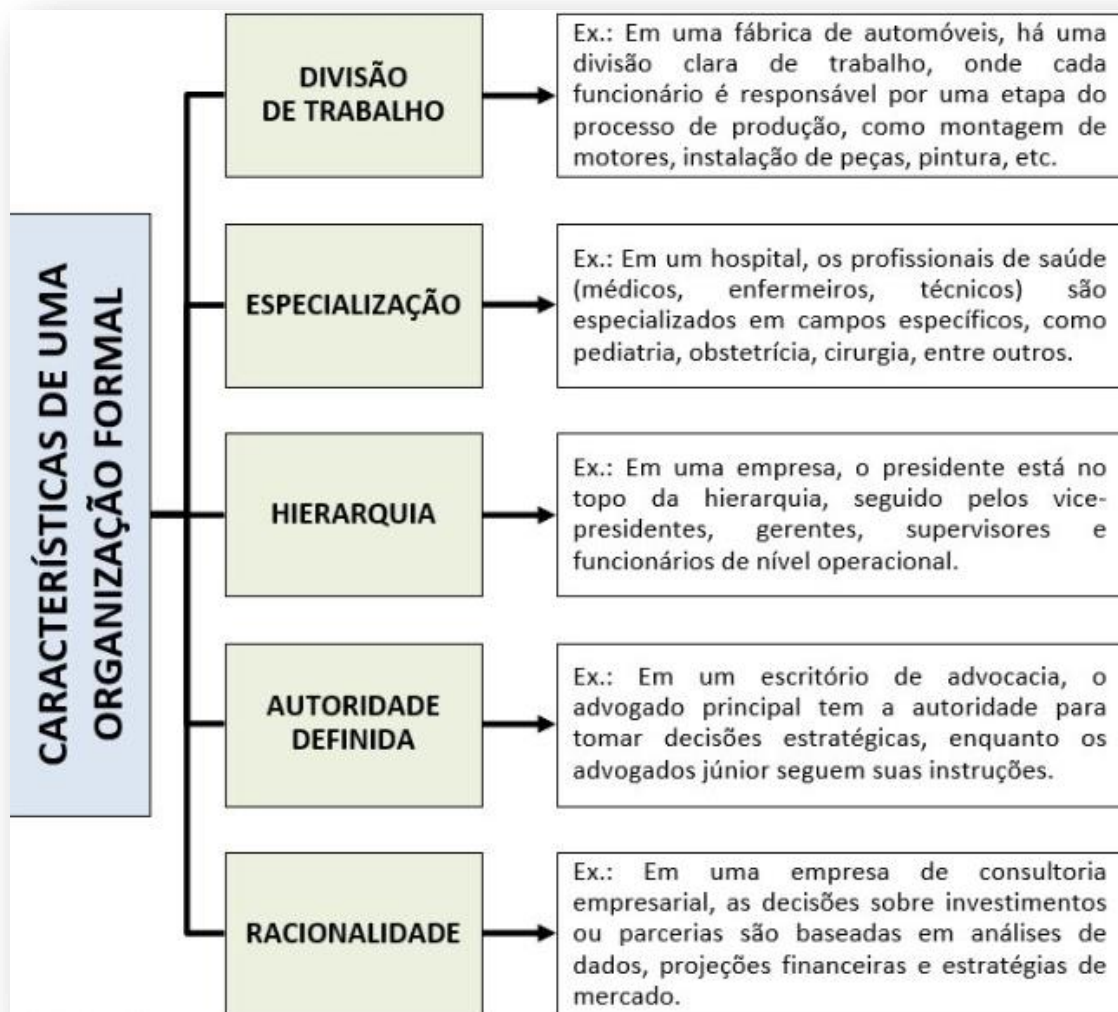
63. São características de uma organização formal moderna especialização e hierarquia.

Comentário

O item está CORRETO, conforme explica Chiavenato:

“Dá-se o nome de organizações formais às organizações caracterizadas por regras e regulamentos formalizados por escrito e por estruturas de posições e hierarquia que ordenam as relações entre os indivíduos ou órgãos componentes. Por meio da organização formal procura-se tirar vantagens da especialização de atividades, facilitar o processo de tomada de decisões e assegurar o cumprimento e execução dessas decisões pelos indivíduos participantes. Assim, a organização formal “tenta regular o comportamento humano para o alcance eficiente dos objetivos explícitos, tornando-se um caso de estudo especial”.⁴ De um modo geral, as organizações formais são altamente burocratizadas. O fato é que organizações virtuais, como redes, plataformas e ecossistemas estão surgindo em uma velocidade incrível, como veremos adiante.”

Fonte: Chiavenato, Idalberto. Administração: Teoria, Processo e Prática. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2022.



GABARITO CERTO

No que se refere à gestão de processos, julgue os itens a seguir.

64. Os indicadores de processo são formas de representação objetiva de características do processo que devem ser acompanhadas ao longo do tempo, para avaliação e aperfeiçoamento do desempenho.

Comentário

Os indicadores de processo são, de fato, formas de representação objetiva de características do processo que devem ser acompanhadas ao longo do tempo para avaliação e aperfeiçoamento do desempenho. Esses indicadores fornecem dados quantitativos e qualitativos que permitem monitorar, avaliar e melhorar os processos dentro de uma organização.

Aspecto	Detalhamento
Definição de Indicadores de Processo	Indicadores de processo são métricas usadas para medir o desempenho de um processo específico dentro da organização.
Representação Objetiva	Os indicadores fornecem uma representação objetiva de várias características do processo, como eficiência, eficácia, qualidade e tempo.
Acompanhamento Longo do Tempo	Esses indicadores devem ser monitorados continuamente para identificar tendências, variações e áreas que necessitam de melhorias.
Avaliação do Desempenho	Os indicadores permitem a avaliação do desempenho do processo em relação aos objetivos e metas estabelecidas.
Aperfeiçoamento Desempenho	Com base nos dados fornecidos pelos indicadores, é possível implementar ações corretivas e melhorias para aperfeiçoar o processo.
Exemplos de Indicadores de Processo	Exemplos incluem tempo de ciclo, taxa de defeitos, eficiência de recursos, custo por unidade, entre outros.

Portanto, é correto afirmar que os indicadores de processo são formas de representação objetiva de características do processo que devem ser acompanhadas ao longo do tempo para avaliação e aperfeiçoamento do desempenho. Esses indicadores são essenciais para uma gestão de processos eficaz e orientada para a melhoria contínua.

GABARITO CERTO

65. A abordagem de processos restringe-se a aspectos técnicos ou ao desenho de rotinas em fluxogramas.

Comentário

A abordagem de processos não se restringe apenas a aspectos técnicos ou ao desenho de rotinas em fluxogramas. Embora o desenho de processos e a representação em fluxogramas sejam componentes importantes, a abordagem de processos é muito mais ampla e envolve diversos aspectos gerenciais e organizacionais.

Aspecto	Detalhamento
Desenho de Processos	O desenho de processos e a criação de fluxogramas são partes importantes da abordagem de processos, mas não são as únicas.
Gestão de Processos	A gestão de processos envolve a coordenação e a otimização de processos para alcançar os objetivos organizacionais.

Aspecto	Detalhamento
Melhoria Contínua	Inclui práticas de melhoria contínua, como Lean, Six Sigma, e Kaizen, para aprimorar a eficiência e a eficácia dos processos.
Gestão de Desempenho	Envolve o uso de indicadores de desempenho (KPIs) para monitorar, avaliar e melhorar continuamente os processos.
Engajamento de Pessoas	A abordagem de processos também requer o envolvimento e a colaboração de pessoas em todos os níveis da organização.
Tecnologia e Inovação	Incorpora o uso de tecnologia e inovação para automatizar e melhorar os processos.
Alinhamento Estratégico	Os processos devem estar alinhados com a estratégia e os objetivos organizacionais para garantir que contribuam para o sucesso global da organização.
Aspectos Culturais	Inclui a consideração de aspectos culturais e comportamentais para garantir a aceitação e a eficácia das mudanças nos processos.

Portanto, é errado afirmar que a abordagem de processos se restringe apenas a aspectos técnicos ou ao desenho de rotinas em fluxogramas. A abordagem de processos é abrangente e inclui aspectos técnicos, gerenciais, estratégicos e culturais, todos voltados para a melhoria contínua e a eficácia organizacional.

GABARITO ERRADO

66. Os processos finalísticos são processos técnicos diretamente relacionados com a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos da organização.

Comentário

Os processos finalísticos, também conhecidos como processos primários ou principais, são aqueles diretamente relacionados com a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos da organização. Esses processos são fundamentais para a realização dos propósitos da organização, pois envolvem atividades essenciais para entregar valor aos clientes e partes interessadas.

Aspecto	Detalhamento
Definição de Processos Finalísticos	São processos técnicos e operacionais diretamente ligados à missão e aos objetivos estratégicos da organização.
Relação com a Missão e Visão	Os processos finalísticos são desenhados para garantir que a organização cumpra sua missão e avance em direção à sua visão de futuro.

Aspecto	Detalhamento
Objetivos Estratégicos	Esses processos suportam os objetivos estratégicos da organização, contribuindo diretamente para o alcance de metas e resultados desejados.
Entrega de Valor	Processos finalísticos são responsáveis pela criação e entrega de valor para os clientes e outras partes interessadas.
Exemplos de Processos Finalísticos	Em uma instituição de ensino, processos finalísticos incluem ensino e pesquisa; em um hospital, incluem atendimento ao paciente.

Portanto, é correto afirmar que os processos finalísticos são processos técnicos diretamente relacionados com a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos da organização. Eles são essenciais para a execução das atividades centrais da organização e para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

GABARITO CERTO

67. Na gestão de processos, as organizações buscam uma visão compartimentada, ou seja, que possibilite visualizar a estrutura individualizada das unidades existentes.

Comentário

Na gestão de processos, as organizações buscam uma visão integrada e holística, em vez de uma visão compartimentada. O objetivo é entender como os processos se interrelacionam e como fluem através de diferentes unidades ou departamentos para otimizar o desempenho geral da organização. A visão compartimentada, que se concentra na estrutura individualizada das unidades, é mais característica de uma abordagem funcional tradicional, que tende a isolar as unidades e dificultar a colaboração e a eficiência entre elas.

Aspecto	Detalhamento
Visão Compartimentada	Refere-se a uma abordagem que visualiza a estrutura de forma isolada, focando nas unidades individualmente.
Visão Integrada/Holística	Na gestão de processos, a abordagem é integrada, buscando entender e otimizar os fluxos de trabalho entre diferentes unidades.
Objetivo da Gestão de Processos	O objetivo é melhorar a eficiência e a eficácia dos processos, garantindo que todas as partes da organização trabalhem de forma coesa.
Abordagem Funcional vs. Processual	A abordagem funcional é mais compartimentada, enquanto a abordagem processual é integrada e busca otimizar os processos como um todo.

Portanto, é errado afirmar que, na gestão de processos, as organizações buscam uma visão compartimentada. Em vez disso, elas procuram uma visão integrada que permita visualizar e otimizar os processos que atravessam várias unidades e departamentos.

GABARITO ERRADO

68. A gestão por processos é uma abordagem administrativa com propósito de priorização e foco nos processos.

Comentário

A gestão por processos, de fato, é uma abordagem administrativa que enfatiza a priorização e o foco nos processos organizacionais. O objetivo é entender, gerenciar e melhorar continuamente os processos que compõem as atividades da organização, visando aumentar a eficiência, eficácia e alinhamento com os objetivos estratégicos.

Aspecto	Detalhamento
Foco nos Processos	A gestão por processos concentra-se em analisar e otimizar os processos para melhorar o desempenho organizacional.
Abordagem Integrada	Envolve uma visão holística e integrada dos processos, considerando como eles se interrelacionam e contribuem para os objetivos da organização.
Melhoria Contínua	A gestão por processos inclui práticas de melhoria contínua, utilizando técnicas como Lean, Six Sigma e Kaizen.
Prioritização de Processos	Prioriza os processos mais críticos e estratégicos para a organização, alocando recursos e esforços para otimizar esses processos.
Alinhamento Estratégico	Assegura que os processos estejam alinhados com a missão, visão e objetivos estratégicos da organização.

Portanto, é correto afirmar que a gestão por processos é uma abordagem administrativa com propósito de priorização e foco nos processos, visando melhorar a eficiência e eficácia organizacional.

GABARITO CERTO

No que se refere ao processo organizacional, planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação, julgue os itens a seguir.

69. A estrutura matricial apresenta dupla entrada, em que a organização funcional se sobrepõe à organização por produto ou projeto.

Comentário

Segundo Chiavenato:

1) ESTRUTURA MATRICIAL

É denominada matriz ou organização em grade. **A matriz combina duas formas de departamentalização – a funcional e a departamentalização de produto ou projeto – na mesma estrutura organizacional. É uma estrutura mista e híbrida. A organização adota os dois tipos de departamentalização.**

O desenho matricial apresenta duas dimensões: gerentes funcionais e gerentes de produtos ou de projeto. Com isso, o princípio da unidade de comando vai para o espaço e se estabelece uma delicada balança de duplo poder que caracteriza a matriz. Cada departamento passa a ter dupla subordinação: segue orientação dos gerentes funcionais e dos gerentes de produto/projeto, simultaneamente. A estrutura matricial funciona como uma tabela de dupla entrada.

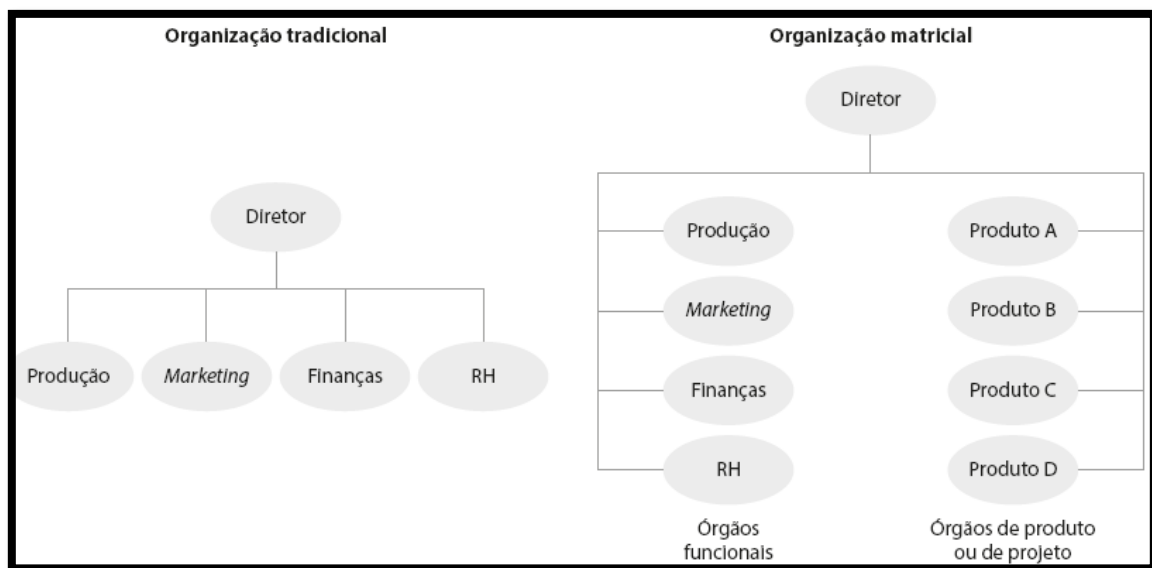
Na realidade, a estrutura matricial é uma espécie de remendo na velha estrutura funcional para torná-la mais ágil e flexível às mudanças. Uma espécie de turbo em um motor velho e exaurido para fazê-lo funcionar com mais velocidade.

Vantagens da estrutura matricial: o desenho matricial permite vantagens da estrutura funcional e de produto/projeto enquanto neutraliza as fraquezas e desvantagens de ambas. A estrutura funcional enfatiza a especialização, mas não enfatiza o negócio. A de produto/projeto enfatiza o negócio, mas não enfatiza a especialização de funções. Uma alternativa é sobrepor o gerente de produto com responsabilidade pelo lucro com os gerentes funcionais que administram os recursos da empresa. O desenho matricial permite satisfazer duas necessidades da organização: especialização e coordenação.

Limitações da estrutura matricial: utilizada por grandes organizações como meio de incentivar inovação e flexibilidade, a estrutura matricial viola a unidade de comando e introduz conflitos de duplicidade de supervisão: ela enfraquece a cadeia de comando e a coordenação vertical, enquanto melhora a coordenação lateral. O desenho matricial impõe uma nova cultura

organizacional, uma nova mentalidade e um novo tipo de comportamento dentro da organização.

Aplicações da estrutura matricial: a matriz constitui um esquema participativo e flexível que depende da colaboração das pessoas e enfatiza a interdependência entre departamentos. A necessidade de lidar com a complexidade constitui uma das razões para sua utilização, pois ela utiliza equipes cruzadas (funcionais e por produto/projeto) como resposta à mudança e inovação. A estrutura matricial é um meio-termo em uma gama de combinações de desenhos organizacionais.



Portanto, ao contrário do que consta na afirmativa, a estrutura matricial apresenta dupla entrada, em que a organização funcional se NÃO sobrepõe à organização por produto ou projeto.

Fonte: Chiavenato, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração - Uma Visão Abrangente da Moderna Administração das Organizações. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Grupo GEN, 2020.

GABARITO ERRADO

70. O desenho da estrutura organizacional é uma tarefa do nível institucional da organização, e a modelagem de trabalho, tarefa do nível operacional.

Comentário

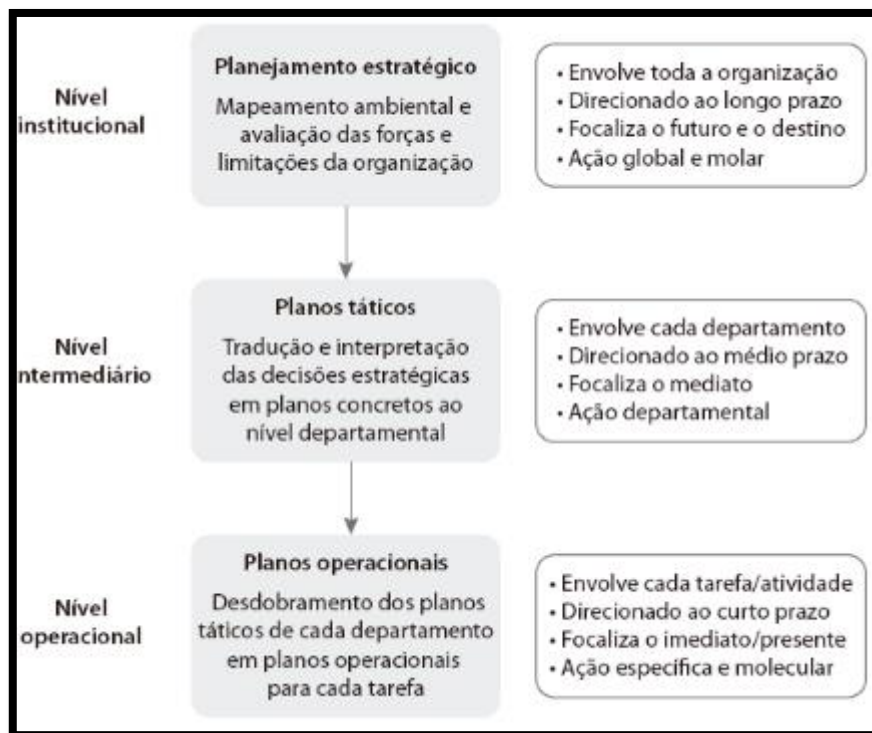
Segundo Chiavenato:

O planejamento envolve uma volumosa parcela da atividade organizacional. Com isso, queremos mostrar que toda organização está sempre planejando: o nível institucional elabora genericamente o planejamento estratégico, o nível intermediário segue-o com planos táticos e o nível operacional traça detalhadamente os planos operacionais. Cada qual em sua área de competência e em uníssono com os objetivos globais da organização. O planejamento impõe racionalidade e proporciona o rumo desejado às ações da organização. Mais do que isso, estabelece alinhamento, coordenação e integração de suas várias unidades para proporcionar a harmonia e sinergia da organização no seu caminho em direção aos seus objetivos principais.

Os planos podem cobrir diferentes horizontes de tempo. O administrador do nível institucional ou estratégico está mais voltado para planos de longo prazo que cobrem a organização inteira para proporcionar um senso de direção ao futuro, que pode estender-se por vários anos. Os planos táticos envolvem quase sempre o ano contábil da organização e os planos operacionais referem-se a dias, semanas ou meses.

Nível organizacional	Tipo de planejamento	Conteúdo	Tempo	Amplitude
Institucional	Estratégico	Genérico e sintético	Longo prazo	Macro-orientado Aborda a organização como um todo
Intermediário	Tático	Menos genérico e mais detalhado	Médio prazo	Aborda cada unidade organizacional em separado
Operacional	Operacional	Detalhado e analítico	Curto prazo	Micro-orientado Aborda cada operação em separado

Vejamos com mais detalhes os 3 níveis:



Portanto, de fato, desenho da estrutura organizacional (algo amplo) faz parte do nível institucional. Já a modelagem do trabalho é algo mais prático e específico (uma parte do todo) e está no nível operacional.

GABARITO CERTO

71. Organizações com muitos níveis hierárquicos são conhecidas por ter organogramas achatados, enquanto organizações verticalizadas se caracterizam por ter poucos níveis hierárquicos.

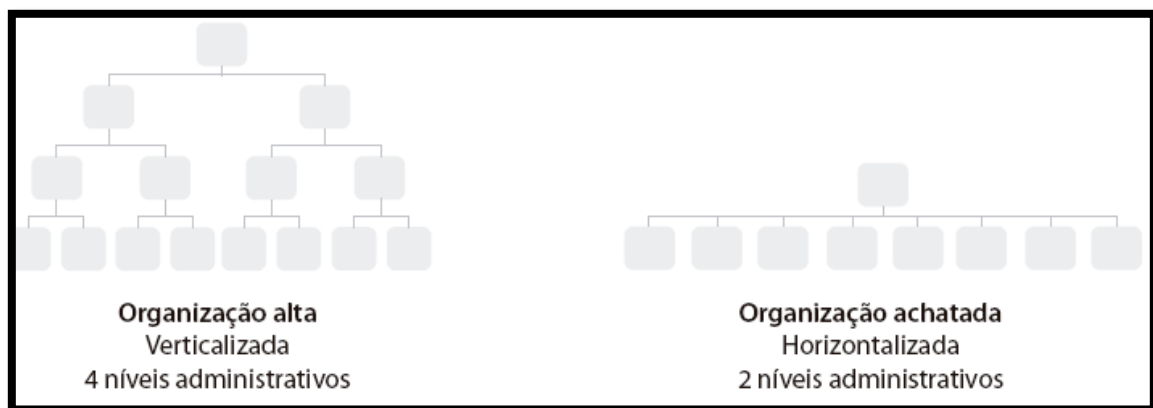
Comentário

É o contrário, conforme explica Chiavenato:

1) ORGANIZAÇÕES ALTAS E VERTICALIZADAS

As organizações altas e verticalizadas caracterizam-se por muitos níveis administrativos e hierarquia alongada em uma configuração que se assemelha a de uma pirâmide, o modelo tradicional de organização. Suas características são:

- Como a média da amplitude de controle é mais estreita, a carga de supervisão é menor para cada gestor. Isso significa maior contato com os subordinados e promove unidades de trabalho mais coesas e com mais produtividade e qualidade em função da perfeita compreensão dos procedimentos de trabalho pelos funcionários.
- Há mais oportunidades para promoções, pois existem mais passos na escada hierárquica para serem alcançados.
- A comunicação é mais lenta e, devido a muitos pontos intermediários na cadeia de comunicação que provocam distorções, a informação tende a ser mais filtrada e censurada à medida que sobe ou desce nos níveis hierárquicos. Muitos gestores omitem fatos dos funcionários porque pensam que eles não precisam conhecê-los, quando é importante que tais fatos sejam conhecidos por todos.
- As decisões são mais demoradas porque a estrutura alongada requer mais passos intermediários entre as fronteiras funcionais.



2) ORGANIZAÇÕES ACHATADAS E HORIZONTALIZADAS

Organizações achatadas e horizontalizadas caracterizam-se por poucos níveis administrativos, hierarquia baixa e pelo fato de a base estar mais próxima do topo da organização. Suas características principais são:

- A comunicação que corre pela organização é mais rápida e sofre menos distorções.
- **As decisões são tomadas mais agilmente**, o que permite maior rapidez em responder aos clientes ou aos desafios da situação.
- As pessoas dos níveis mais baixos sentem-se mais próximas da cúpula.
- As pessoas sentem-se mais autossuficientes no nível em que o trabalho é executado.

■ **Com poucos níveis hierárquicos, as oportunidades para promoção ficam reduzidas.** Há que se pensar em alternativas de enriquecimento horizontal: transferências.

GABARITO ERRADO

72. O aumento da variação de procedimentos e normas entre departamentos da organização é uma desvantagem da centralização da estrutura administrativa.

Comentário

Na verdade, essa é uma desvantagem da DESCENTRALIZAÇÃO.

Conforme explica Chiavenato:

Centralização versus descentralização: centralizar versus descentralizar se refere ao nível hierárquico no qual as decisões devem ser tomadas. A centralização significa que a autoridade de tomar decisões está alocada no topo da organização. Com a descentralização, essa autoridade é deslocada para os níveis mais baixos da organização de maneira a oferecer autonomia e independência para tomar decisões. Em si, não ela é boa nem má. Depende das circunstâncias.

Quadro 6.2 Vantagens e desvantagens da descentralização

Vantagens da descentralização	Desvantagens da descentralização
1. As decisões são tomadas mais rapidamente pelos próprios executores da ação.	1. Pode ocorrer falta de informação e coordenação entre os departamentos envolvidos.
2. Tomadores de decisão são os que têm mais informação sobre a situação.	2. Maior custo pela exigência de melhor seleção e treinamento dos administradores médios.
3. Maior participação no processo decisório promove motivação e moral elevado entre os administradores médios.	3. Risco da subobjetivação: os administradores podem defender mais os objetivos departamentais do que os empresariais.
4. Proporciona excelente treinamento para os administradores médios.	4. As políticas e procedimentos podem variar enormemente nos diversos departamentos.

É SEMPRE BOM RECORDAR AS QUATRO FUNÇÕES ADMINISTRATIVA: PODC:

Planejamento	Organização	Direção	Controle
<ul style="list-style-type: none">■ Definir a missão■ Formular objetivos■ Definir os planos para alcançar os objetivos■ Programar as atividades	<ul style="list-style-type: none">■ Dividir o trabalho■ Designar as atividades■ Agrupar as atividades em órgãos e cargos■ Alocar recursos■ Definir autoridade e responsabilidade	<ul style="list-style-type: none">■ Designar as pessoas■ Coordenar os esforços■ Comunicar■ Motivar■ Liderar■ Orientar	<ul style="list-style-type: none">■ Definir os padrões■ Monitor o desempenho■ Avaliar o desempenho■ Ação corretiva

O Ciclo do processo administrativo:



GABARITO ERRADO

73. Como as organizações enfrentam um ambiente de mudanças rápidas e imprevistas, a lentidão na centralização das decisões pode afetar negativamente o negócio pela demora nas reações e nas respostas da organização ao mercado.

Comentário

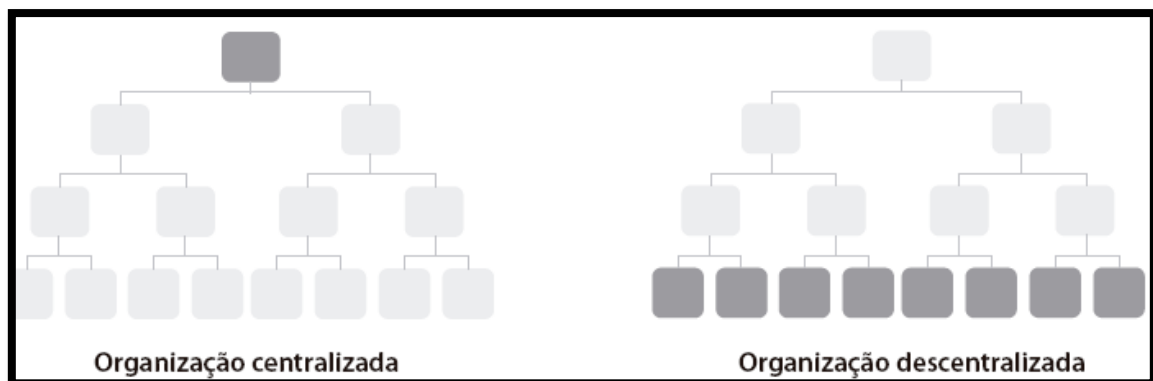
De fato, essa é uma desvantagem da centralização, conforme explica Chiavenato:

CENTRALIZAÇÃO

A centralização promove a retenção do processo decisório na cúpula da organização. Existem três vantagens principais que a centralização pode trazer:

1. Controle: a centralização constitui o melhor método de controlar e coordenar as atividades da organização, principalmente quando:

- ✓ A empresa como um todo deve atender a requisitos legais regulatórios difíceis de interpretar.



As decisões tomadas ao nível local podem afetar toda a organização. Uma interpretação distorcida de um contrato coletivo de trabalho por um departamento pode trazer problemas legais para toda a organização.

- ✓ Tudo o que ocorre em uma parte da organização pode afetar todas as outras partes.

2. Custos: devido às economias de escala, uma função centralizada pode ser gerida com menos recursos do que uma função descentralizada. A função de compras em uma grande organização pode ser um órgão centralizado para que a empresa consiga melhores descontos e condições de pagamento, o que não ocorreria se a função fosse dispersa. Quando um volume grande de tarefas similares são executadas em um único órgão, as “economias” são maiores porque equipamento e facilidades são compartilhados e poucas pessoas e recursos são necessários para o trabalho.

3. Novas tecnologias: o grau de mudança tecnológica tem sido fenomenal. Novas tecnologias permitem que empresas descentralizadas migrem para a centralização e vice-versa sem afetar seu funcionamento ou o processo decisório, pois a informação é on-line e é rapidamente transmitida e recebida.

Contudo, a centralização pode tornar a organização lenta ao concentrar as decisões na cúpula. Como as organizações enfrentam um ambiente de mudanças rápidas e imprevistas, a lentidão na centralização das decisões pode afetar negativamente o negócio pela demora nas reações e nas respostas da organização ao mercado.

GABARITO CERTO

74. Na diferenciação vertical, a estrutura organizacional se caracteriza por múltiplos departamentos e divisões.

Comentário

É na diferenciação HORIZONTAL que a estrutura organizacional se caracteriza por múltiplos departamentos e divisões:

		ESPECIALIZAÇÃO HORIZONTAL Áreas de departamentalização			
		Finanças	Produção	Marketing	Recursos humanos
ESPECIALIZAÇÃO VERTICAL Níveis hierárquicos	Diretores	Diretor financeiro	Diretor industrial	Diretor de marketing	Diretor de recursos humanos
	Gerentes	Gerentes da área financeira	Gerentes da área de produção	Gerentes da área de marketing	Gerentes da área de recursos humanos
	Supervisores	Supervisores da área financeira	Supervisores da área de produção	Supervisores da área de marketing	Supervisores da área de recursos humanos
	Funcionários	Funcionários da área financeira	Funcionários da área de produção	Funcionários da área de marketing	Funcionários da área de recursos humanos

ESPECIALIZAÇÃO VERTICAL: MUITOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS

ESPECIALIZAÇÃO HORIZONTAL: MUITOS DEPARTAMENTOS E DIVISÕES

GABARITO ERRADO

GESTÃO DE CONTRATOS

No que se refere à Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

75. Quando o objeto a ser adquirido pela administração possuir um só fornecedor, estará caracterizada hipótese de dispensa de licitação.

Comentário

A inexigibilidade de licitação ocorre quando não há possibilidade de competição, como na aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por um produtor ou empresa exclusiva. Nesses casos, é necessário que a Administração Pública demonstre a inviabilidade de competição por meio de documentos específicos, como atestado de exclusividade, declaração do fabricante ou outros documentos idôneos.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante:

- **Atestado de exclusividade;**
- **Contrato de exclusividade;**
- **Declaração do fabricante;**
- **Outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.**

Atenção: A norma também veda preferência por marca específica.

A assertiva está **INCORRETA**, pois, embora seja possível adquirir materiais de fornecedor exclusivo em casos de inviabilidade de competição, a Administração Pública deve obrigatoriamente demonstrar a exclusividade por meio de documentos previstos na lei. A

ausência dessa comprovação ou qualquer escolha de marca específica torna a contratação irregular.

GABARITO ERRADO

76. Determinada autarquia federal pretende firmar contrato administrativo para a contratação de estudo e serviços técnicos de arquitetura especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A autarquia poderá valer-se da contratação direta por inexigibilidade de licitação.

Comentário

A inexigibilidade de licitação ocorre em situações nas quais é inviável a competição. Um exemplo previsto na lei é a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, desde que realizados por profissionais ou empresas de notória especialização. Esses serviços estão detalhados no art. 74, inciso III, da norma, com a ressalva de que a inexigibilidade não se aplica a serviços de publicidade e divulgação.

Entre os serviços listados, encontra-se a contratação de estudos técnicos, que se enquadra como serviço técnico especializado de natureza intelectual.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;**
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;**
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;**
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;**
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;**
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;**

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

Portanto, a assertiva está **CORRETA**, pois o art. 74, inciso III, alínea "a", da Nova Lei de Licitações prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de **estudos técnicos** como um serviço técnico especializado de natureza intelectual. A vedação para publicidade e divulgação não afeta o caso em análise, que está devidamente amparado pela legislação.

GABARITO CERTO

77. Na contratação de projetos e serviços de desenvolvimento de softwares, os autores devem ceder à administração pública todos os direitos patrimoniais a eles relativos; assim, os softwares poderão ser livremente alterados e utilizados em outras ocasiões, sem necessidade de novas autorizações por parte dos autores.

Comentário

O art. 93, caput, estabelece que, nas contratações de projetos ou serviços técnicos especializados, incluindo o desenvolvimento de programas, softwares e documentação técnica, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado à Administração Pública. Essa cessão garante que a Administração possa:

- Utilizar livremente o objeto do contrato;
- Alterar o objeto sem necessidade de nova autorização do autor;
- Registrar os direitos correspondentes nos órgãos competentes.

Além disso, embora o autor deva ser comunicado sobre o uso ou alteração do objeto, a Administração não depende de qualquer aprovação adicional para essas ações.

Art. 93. Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) — e a respectiva documentação técnica associada —, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

Portanto, a assertiva está **CORRETA**, pois reflete exatamente o que dispõe o **art. 93** da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Essa regra confere à Administração Pública ampla

liberdade para utilizar e modificar os objetos contratados sem a necessidade de obter nova autorização do autor.

GABARITO CERTO

78. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos.

Comentário

O enunciado afirma que a divulgação no PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos. Esse entendimento está correto, pois a lei determina que a execução dos contratos administrativos, bem como seus aditamentos, somente poderá ocorrer após a publicação no PNCP.

Base legal:

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

- Inciso I: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- Inciso II: 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

Eficácia do Contrato: A execução do contrato administrativo não pode ser iniciada antes de sua publicação no PNCP.

Cumprimento de Prazos: Os prazos para a publicação são vinculados à forma de contratação, sendo mais curtos para contratações diretas.

Portanto, a questão está **CORRETA**, pois reflete de forma precisa o que estabelece o **art. 94** da Nova Lei de Licitações, reforçando que a divulgação no PNCP é requisito obrigatório para dar eficácia jurídica aos contratos e aditamentos.

GABARITO CERTO

79. Não obstante a presunção de validade dos atos da administração pública, os contratos administrativos que envolvam direito real sobre imóvel exigem a lavratura de escritura pública.

Comentário

O item está CORRETO, pois está de acordo com o § 2º do art. 91:

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

(...)

§ 2º Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

GABARITO CERTO

80. Os preços contratados deverão ser alterados caso haja, após a apresentação da proposta, a criação ou extinção de tributos.

Comentário

O **art. 134** da Lei estabelece que os preços contratados podem ser alterados, **para mais ou para menos**, desde que ocorram as seguintes condições:

1. Mudanças tributárias ou legais:

- Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais;
- Superveniência de disposições legais que impactem o contrato.

2. Comprovação do impacto nos preços contratados:

- Não basta a mera alteração legislativa; é indispensável a demonstração de que essa alteração teve **repercussão comprovada nos preços contratados**.

“Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.”

A assertiva está **INCORRETA**, pois ignora o requisito fundamental de **comprovação da repercussão sobre os preços contratados**, conforme determina o **art. 134** da Lei nº 14.133/2021.

GABARITO ERRADO

81. Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

Comentário

A **assertiva está ERRADA**, pois apresenta um erro em relação ao percentual permitido para alterações unilaterais em contratos administrativos. De acordo com a **Lei nº 14.133/2021**, as alterações seguem os seguintes limites:

1. Alterações unilaterais em obras, serviços ou compras:

- O contratado será **obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25%** do valor inicial atualizado do contrato.

2. Alterações unilaterais em reformas de edifícios ou equipamentos:

- O limite para os **acréscimos sobe para 50%** do valor inicial atualizado, mas continua sendo 25% para supressões.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais:

I - acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;

II - acréscimos de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, no caso de reforma de edifício ou de equipamento.

A assertiva erra ao generalizar o percentual de 50% para todas as situações, quando este é aplicável apenas para acréscimos em reformas de edifícios ou equipamentos. Para demais obras, serviços ou compras, o limite é de 25%.

GABARITO ERRADO

82. Registros que não caracterizem alteração do contrato, como o empenho de dotações orçamentárias, poderão ser realizados por simples apostila.

Comentário

O item está CORRETO, de acordo com o art. 136:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

GABARITO CERTO

83. Considere que, após licitação devidamente homologada, um contrato de prestação de serviço de natureza continuada celebrado entre a administração pública e uma empresa tenha sido rescindido unilateralmente depois de decorridos cinco meses do início da sua operação. Nesse caso, é imprescindível a contratação emergencial de nova empresa.

Comentário

A assertiva está INCORRETA porque apresenta a ideia de que a assunção imediata do objeto do contrato pela Administração é imprescindível em caso de extinção unilateral. Entretanto, não há obrigatoriedade nessa medida. A lei permite que, em razão da extinção unilateral do contrato, a Administração possa adotar várias medidas, como a assunção do objeto ou outras alternativas, conforme o interesse público.

De acordo com o **art. 139 da Lei nº 14.133/2021**, a extinção unilateral do contrato poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas:

1. **Assunção imediata do objeto do contrato** no estado e local em que se encontrar, por ato da Administração.
2. **Ocupação e utilização do local**, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, quando necessários à sua continuidade.
3. **Execução da garantia contratual** para:
 - Ressarcimento por prejuízos decorrentes da não execução.
 - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, se cabível.
 - Quitação de multas devidas à Administração.

- Exigência da execução do contrato pela seguradora, quando aplicável.

4. **Retenção de créditos** do contratado até o limite dos prejuízos e multas aplicados.

Nos casos de nulidade contratual, a análise prévia do interesse público é obrigatória antes de encerrar forçadamente o contrato. A Administração pode decidir que a nulidade só tenha eficácia futura, permitindo tempo suficiente para nova contratação, como previsto no art. 148, § 2º, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 148. A declaração de nulidade do contrato requer análise prévia do interesse público e pode ter eficácia futura, por prazo de até 6 meses, prorrogável uma única vez.

Portanto, a assertiva está **INCORRETA**, pois a **assunção imediata do objeto do contrato não é obrigatória**, mas sim uma das alternativas que a Administração pode adotar, considerando o interesse público. Além disso, a lei prevê outras medidas para garantir a continuidade da atividade administrativa.

GABARITO ERRADO

84. Em hipótese de supressão por parte da administração, o contratado não terá direito à extinção do contrato de obras rodoviárias que acarrete modificação em 30% em relação ao valor inicial do documento.

Comentário

De acordo com o **art. 124, inciso I**, da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode realizar alterações unilaterais no contrato nos seguintes casos:

1. **Modificação do projeto ou das especificações** para melhor adequação técnica aos objetivos.
2. **Alteração do valor contratual** em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto, respeitados os limites legais.

O **art. 125** estabelece que o contratado será obrigado a aceitar essas alterações desde que respeitem os limites de:

- **Até 25%** do valor inicial atualizado do contrato para obras, serviços ou compras.
- **Até 50%** do valor inicial atualizado no caso de reformas de edifícios ou equipamentos.

Alterações acima desses limites não são obrigatórias para o contratado e exigem **acordo entre as partes**, desde que devidamente justificadas e sem alterar o objeto original do contrato. Essas situações configuram exceções e não representam a regra geral.

No caso apresentado, a modificação contratual proposta pela Administração ultrapassa o limite de 25%, alcançando **30% do valor inicial**. Conforme a lei:

1. Essa alteração **não é admissível como alteração unilateral**, pois excede os limites estabelecidos pelo **art. 125**.
2. Para que seja viabilizada, a alteração dependerá de **acordo entre as partes**, que deve ser fundamentado e respeitar os requisitos legais, incluindo a não modificação do objeto inicialmente contratado.

O contratado, nesse cenário, não é obrigado a aceitar uma alteração acima dos limites legais. Caso a Administração insista na alteração sem acordo, o contratado pode requerer a extinção do contrato. O art. 137, § 2º, inciso I, garante esse direito:

Art. 137, § 2º, inciso I: O contratado terá direito à extinção do contrato em caso de supressão de obras, serviços ou compras pela Administração que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125.

Portanto, a alteração unilateral que ultrapassa os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 é inadmissível sem acordo entre as partes. Caso a Administração insista na modificação além do limite de 25% (ou 50%, no caso de reformas de edifícios ou equipamentos), o contratado tem o direito de requerer a extinção do contrato, observando o contraditório e a ampla defesa.

GABARITO ERRADO

85. O contratado é responsável pelos danos causados a terceiros, salvo se a administração pública realizar o acompanhamento da execução do contrato.

Comentário

A assertiva está **INCORRETA**, pois a Lei responsabiliza o contratado pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não havendo que se falar em exclusão ou redução de responsabilidade pelo acompanhamento ou fiscalização pelo contratante. Confira-se:

Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

GABARITO ERRADO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

No que se refere à governabilidade e à governança, julgue os itens a seguir.

86. A governabilidade está apoiada em quatro princípios: relações éticas, conformidade em todas as suas dimensões, transparência e prestação responsável de contas.

Comentário

O enunciado comete um equívoco ao associar os princípios mencionados à **governabilidade**, quando, na verdade, eles são características da **Governança Pública**. A governabilidade está relacionada à capacidade de governar, ou seja, à sustentação política e institucional necessária para implementar políticas públicas e tomar decisões governamentais. Já a governança pública refere-se à qualidade da gestão pública, embasada em princípios que asseguram eficiência, ética e transparência.

Fundamentação teórica:

De acordo com Matias-Pereira (2014), a **governança pública** está fundamentada nos seguintes quatro princípios:

1. **Relações éticas:** Adoção de práticas pautadas pela integridade e pelo respeito aos valores morais.
2. **Conformidade em todas as suas dimensões:** Obediência às normas e aos regulamentos, garantindo que as ações públicas estejam em conformidade com as legislações aplicáveis.
3. **Transparência:** Disponibilidade de informações claras e acessíveis para a sociedade, promovendo confiança e credibilidade.
4. **Prestação responsável de contas:** Accountability, assegurando que os gestores públicos sejam responsáveis por suas ações e decisões perante a sociedade.

O autor destaca que a ausência desses princípios na governança pública exige uma mudança urgente na forma de gestão.

Referência: Matias-Pereira, José. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GABARITO ERRADO

87. A governabilidade de um Estado depende de sua governança, ou seja, só há governabilidade se houver governança.

Comentário

A afirmativa apresenta um erro conceitual. **É possível existir governabilidade sem governança, mas o inverso não ocorre.**

Entendendo os conceitos:

1. Governabilidade:

- Refere-se às condições políticas e institucionais que garantem a legitimidade do governo e sua capacidade de governar.
- Está ligada ao **apoio político**, à **estabilidade institucional** e à aceitação do governo por parte da sociedade e de outros poderes.
- Envolve relações de poder e legitimidade para a execução de políticas públicas.

Exemplo: Um governo que conta com amplo apoio parlamentar e popular possui **alta governabilidade**, mesmo que tenha falhas na execução prática das políticas públicas.

2. Governança:

- Refere-se à capacidade técnica e gerencial de implementar políticas públicas de forma eficaz, transparente e ética.
- Diz respeito à **qualidade da administração pública**, envolvendo planejamento, execução e monitoramento de ações.

Exemplo: Um governo com excelente infraestrutura técnica e processos administrativos robustos possui **boa governança**, ainda que enfrente instabilidade política.

Interdependência entre governabilidade e governança:

- **Governabilidade pode existir sem governança:** Um governo pode ter amplo apoio político e legitimidade (governabilidade), mas falhar na execução de suas políticas devido à falta de capacidade técnica (governança).
- **Governança depende de governabilidade:** Sem estabilidade política e apoio institucional, a execução eficaz de políticas públicas é inviável, independentemente da capacidade técnica disponível.

GABARITO ERRADO

88. Governabilidade refere-se à responsabilidade da administração pública na prestação de contas.

Comentário

A questão define o Accountability e não Governabilidade (Capacidade de governar com legitimidade e apoio).



GABARITO ERRADO

No que se refere ao planejamento estratégico, julgue os itens a seguir.

89. O plano estratégico, resultado do planejamento estratégico, deve evidenciar os planos setoriais para alcance dos resultados das distintas áreas da organização.

Comentário

A assertiva está **INCORRETA** porque atribui ao plano estratégico uma função que pertence ao planejamento tático, ou seja, detalhar os planos setoriais para áreas específicas da organização. O plano estratégico mantém um foco geral e de longo prazo, enquanto os planos setoriais estão associados ao desdobramento e operacionalização desse planejamento no nível intermediário.

GABARITO ERRADO

90. Planejamento estratégico é uma forma de se acrescentar novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada, a fim de avaliar a situação e acompanhar e gerenciar os passos de implementação.

Comentário

A assertiva está **INCORRETA**, pois descreve características da **Gestão Estratégica**, que é um processo mais amplo e contínuo, englobando o Planejamento Estratégico, além da execução e do monitoramento das estratégias organizacionais. Essa confusão de conceitos compromete a precisão da afirmativa.

GABARITO ERRADO

No que se refere à gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

91. Entre as etapas da gestão de projetos, a etapa de execução sucede imediatamente a mobilização de recursos.

Comentário

Embora a mobilização de recursos seja uma atividade crucial na gestão de projetos, e a execução seja a fase em que as atividades planejadas são realizadas, a sequência sugerida na afirmação não representa o fluxo típico das etapas de um projeto.

A sequência mais comum das etapas de um projeto é:

1. Iniciação: Definição do escopo, objetivos e justificativas do projeto.
2. Planejamento: Desenvolvimento detalhado do plano do projeto, incluindo cronograma, orçamento e recursos.
3. Execução: Realização das atividades planejadas.
4. Monitoramento e Controle: Acompanhamento do progresso do projeto, identificação de desvios e tomada de ações corretivas.
5. Encerramento: Formalização do término do projeto, entrega dos resultados e avaliação do desempenho.

Por que a afirmação está incorreta?

- Mobilização de recursos: A mobilização de recursos geralmente ocorre durante a fase de planejamento, após a definição das necessidades de recursos para cada atividade.
- Outras atividades antes da execução: Antes da execução, é necessário realizar atividades como a criação da estrutura analítica do projeto (EAP), a definição das responsabilidades e a comunicação do plano do projeto aos envolvidos.

Portanto, a execução de um projeto não sucede imediatamente à mobilização de recursos. A mobilização de recursos é uma atividade que ocorre dentro da fase de planejamento e precede a execução das atividades.

GABARITO ERRADO

92. É na fase de encerramento que se deve elaborar o relatório final e prever estratégias para manutenção da memória organizacional relacionada ao projeto.

Comentário

O CICLO DE VIDA DO PROJETO é a série de fases pelas quais um projeto passa, desde o seu início até o seu término. As fases são geralmente sequenciais, mas podem eventualmente sobrepor-se. Segundo o Guia, as fases normalmente percorridas por um projeto são:

Início do projeto

- Identificação de necessidades ou de oportunidades que motivem a criação de um projeto;
- Determinação dos objetivos básicos e avaliação da viabilidade de atingimento desses objetivos;

- Elaboração e respectiva aprovação da proposta do projeto

Organização e preparação

- Estruturação operacional do projeto, envolve detalhamento das metas, dos objetivos específicos e das atividades;
- Especificação dos recursos que serão necessários para a conclusão do projeto;
- Definição do gerente dos projetos e treinamento dos envolvidos com o projeto;

Execução do trabalho do projeto

- Atividades para colocar em prática tudo que foi definido e planejado, executando as etapas previstas e programadas;
- Utilização intensa dos recursos humanos e materiais conforme programado;

Encerramento do projeto

- Aceleração das atividades para conclusão do projeto;
- Elaboração de relatórios para apresentação dos resultados finais;
- Avaliações dos objetivos, com vistas a obtenção da aceitação pelo cliente;

Portanto, a afirmação de que na fase de encerramento se deve elaborar o relatório final e prever estratégias para manutenção da memória organizacional está CORRETA.

GABARITO CERTO

93. A quantidade de fases de um projeto é variável e pode ter durabilidade e esforços distintos; contudo, no âmbito do desenvolvimento de uma entrega específica, as fases do projeto devem ser interligadas.

Comentário

A afirmação captura de forma precisa uma das características mais importantes das fases de um projeto, ou seja, sua interdependência e flexibilidade.

- **Variabilidade:** O número de fases de um projeto pode variar significativamente dependendo da complexidade, do tamanho e da natureza do projeto. Alguns projetos podem ter poucas fases, enquanto outros podem ter muitas.
- **Durabilidade e esforços distintos:** Cada fase de um projeto pode ter uma duração e exigir um nível de esforço diferente. Algumas fases podem ser mais curtas e menos intensivas em recursos, enquanto outras podem ser mais longas e exigir um maior investimento.
- **Interligação:** Apesar de suas diferenças, as fases de um projeto estão interligadas e dependem umas das outras. O sucesso de uma fase é fundamental para o sucesso das fases subsequentes. Por exemplo, um planejamento inadequado na fase inicial pode levar a problemas na execução do projeto.

GABARITO CERTO

94. Um mesmo projeto pode ter vários programas a ele subordinados, os quais podem ser conduzidos em sequência ou paralelamente.

Comentário

A confusão entre projetos, programas e portfólios é comum, mas é fundamental compreender as diferenças entre eles para uma gestão eficaz.

- **Projeto:** É um empreendimento temporário com início e fim definidos, visando criar um produto, serviço ou resultado único.
- **Programa:** É um grupo de projetos relacionados, gerenciados de forma coordenada para obter benefícios que não poderiam ser alcançados se os projetos fossem gerenciados individualmente.
- **Portfólio:** É um conjunto de projetos, programas, sub-portfólios e outros trabalhos gerenciados como um grupo para alcançar objetivos estratégicos.

Por que a afirmação está INCORRETA?

- **Hierarquia:** A relação entre projetos, programas e portfólios é hierárquica. Um programa é composto por vários projetos, e um portfólio é composto por vários programas e projetos.
- **Objetivos:** Cada nível tem seus próprios objetivos. Um projeto tem um objetivo específico, um programa tem um conjunto de objetivos relacionados e um portfólio tem objetivos estratégicos alinhados com a visão da organização.

- **Gerenciamento:** Cada nível tem suas próprias necessidades de gerenciamento. Um projeto é gerenciado por um gerente de projeto, um programa por um gerente de programa e um portfólio por um gerente de portfólio.

Em resumo:

Um projeto não pode ter vários programas subordinados a ele, pois um programa, por definição, é um conjunto de projetos. A relação correta é: um programa é composto por vários projetos, e um portfólio é composto por vários programas e projetos.

Portanto, a afirmação de que um mesmo projeto pode ter vários programas a ele subordinados está incorreta.

GABARITO ERRADO

ORÇAMENTO

No que se refere ao papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas; formas e dimensões da intervenção da Administração na economia, julgue os itens a seguir.

95. O controle da legitimidade deve recair sobre a legalidade e a economicidade da execução orçamentária e financeira, levando em conta o aspecto da justiça e a relação custo-benefício.

Comentário

O controle da legitimidade deve recair sobre a legalidade e a economicidade da execução orçamentária e financeira, levando em conta o aspecto da justiça e a relação custo-benefício.

Conforme explica Kiyoshi Harada:

Por derradeiro, cumpre lembrar a introdução, pela Carta Política de 1988, do princípio da legitimidade orçamentária. O art. 70 prescreve a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial sob o prisma da legalidade, legitimidade e da economicidade. Em termos filosóficos, a legitimidade sempre precede a legalidade. Nem tudo que é legal é legítimo. A legitimidade tem muito a ver com o respaldo popular na ação do poder público.

Assim, o controle da legitimidade deve recair sobre a legalidade e economicidade da execução orçamentária e financeira, levando em conta o aspecto da justiça e a relação custo-benefício, de sorte a propiciar ao cidadão a efetiva contrapartida por sua sujeição permanente ao poder tributário do Estado.

Fonte: Harada, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. Disponível em: Minha Biblioteca, (30th edição). Grupo GEN, 2021.

GABARITO CERTO

96. Uma das atividades financeiras do Estado é a criação do crédito público, que ocorre por meio de incremento do endividamento.

Comentário

Uma das atividades financeiras do Estado é a criação do crédito público, que ocorre através do incremento do endividamento. Isso significa que o Estado pode tomar empréstimos para financiar suas despesas, investimentos e outros compromissos financeiros, aumentando assim sua capacidade de operar no mercado financeiro e garantir o funcionamento das suas atividades.

Portanto, a criação do crédito público está relacionada diretamente ao aumento do endividamento estatal, seja por meio de emissão de títulos públicos, contratação de empréstimos ou outras formas de captação de recursos financeiros.

GABARITO CERTO

97. A administração financeira e orçamentária no setor público busca, entre outros objetivos, desenvolver as normas das finanças públicas relacionadas à gestão monetária dos recursos no país, de modo a assegurar uma ótima relação entre as receitas públicas e a emissão da moeda, evitando-se o aumento da inflação.

Comentário

A administração financeira e orçamentária no setor público não busca desenvolver normas relacionadas à gestão monetária dos recursos no país, nem está diretamente relacionada à emissão de moeda ou ao controle da inflação. A administração financeira e orçamentária no setor público tem como objetivos principais o planejamento, a execução, o controle e o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do governo, de forma a garantir a eficiência, eficácia, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. As normas

que a regem são estabelecidas por legislações específicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição Federal e outras normas aplicáveis ao setor público.

FINALIDADES DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	
OBTER	Receita pública
DESPENDER	Despesa pública
GERIR	Orçamento público
CRIAR	Crédito (empréstimo) público

A atividade financeira é exercida pelo Estado visando ao bem comum da coletividade. Ela está vinculada à **arrecadação de recursos destinados à concretização dos objetivos fundamentais (art. 3 da CF)** e à **satisfação de necessidades públicas básicas inseridas na ordem jurídico-constitucional**, atendidas mediante a prestação de serviços públicos, a intervenção no domínio econômico, o exercício regular do poder de polícia e o fomento às atividades de interesse público/social.

GABARITO ERRADO

98. A função distributiva na atuação do Estado decorre do reconhecimento de ser o mercado incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa, especialmente mediante o manejo dos instrumentos de política fiscal.

Comentário

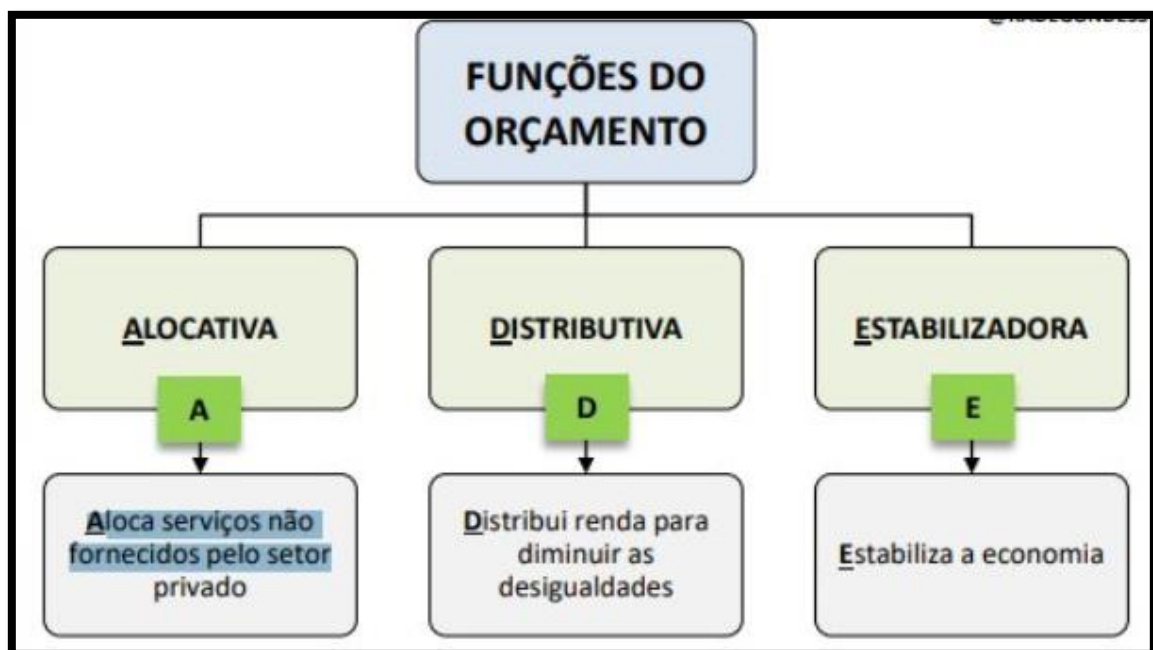
De fato, a função distributiva do Estado reconhece que o mercado, por si só, não consegue garantir uma distribuição de renda justa ou equitativa. Para corrigir essas falhas, o Estado utiliza instrumentos de política fiscal, como impostos e transferências de renda, com o objetivo de redistribuir os recursos e promover a equidade social. Dessa forma, o Estado desempenha um papel crucial na correção das desigualdades econômicas geradas pelo mercado.

Conforme explica Augustinho Paludo:

Função alocativa – relaciona-se à alocação de recursos por parte do Governo a fim de oferecer bens e serviços públicos puros (ex.: segurança, justiça) que não seriam oferecidos pelo mercado ou seriam em condições ineficientes; bens meritórios ou semipúblicos (ex.: educação e saúde); criar condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado pelos produtores; e ainda, corrigir imperfeições no sistema de mercado (como oligopólios) e corrigir os efeitos negativos de externalidades.

Função distributiva – visa tornar a sociedade menos desigual em termos de renda e riqueza, através da tributação e de transferências financeiras, subsídios, incentivos fiscais, alocação de recursos em camadas mais pobres da população etc. (ex.: programa “Fome Zero”, “Bolsa Família”, destinação de recursos para o SUS, educação básica, assistência social sem prévia contribuição etc). O governo tributa e arrecada de quem pode pagar e os distribui/ redistribui a quem tem pouco ou nada têm, através de programas sociais.

Função estabilizadora – é a aplicação das diversas políticas econômico-financeiras a fim de ajustar o nível geral de preços (controle da inflação), melhorar o nível de emprego, estabilizar a moeda e promover o crescimento econômico, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal, ou outras medidas de intervenção econômica (controles por leis, limitação etc) capazes de aumentar ou diminuir o nível da demanda agregada.



GABARITO CERTO

99. Com a evolução do orçamento como instrumento de planejamento, ampliaram-se as atribuições econômicas governamentais voltadas para a promoção de ajustamentos na alocação de recursos, na distribuição de renda e na manutenção da estabilidade econômica.

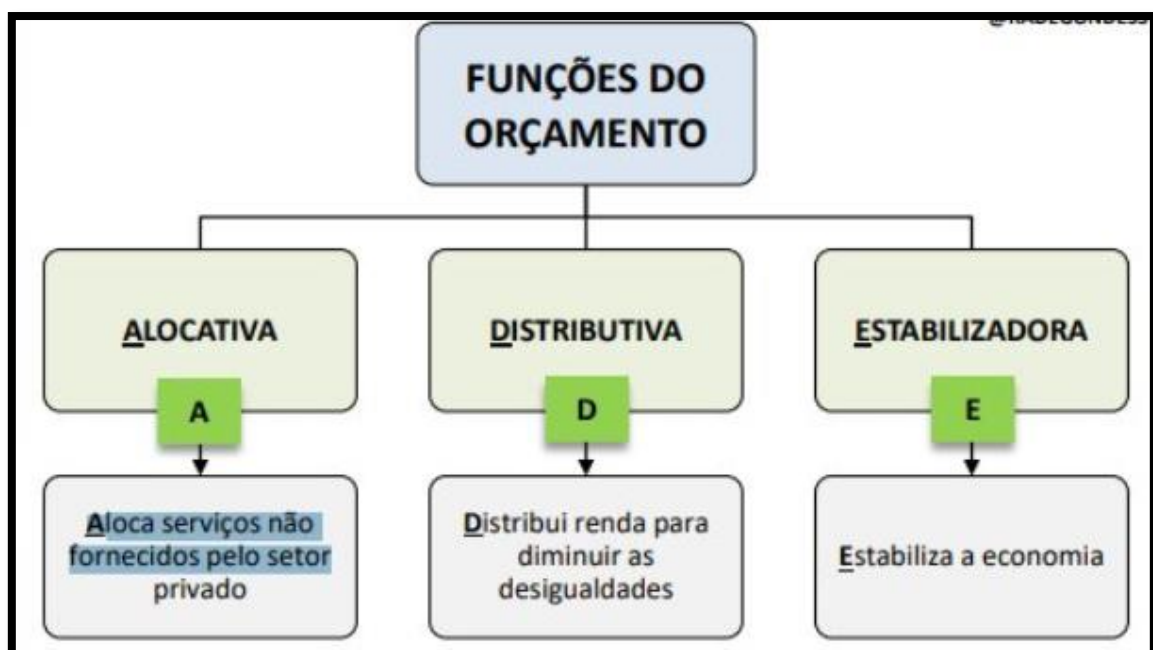
Comentário

De fato, essas são as três funções da Atividade Financeira do Estado:

Função alocativa – relaciona-se à alocação de recursos por parte do Governo a fim de oferecer bens e serviços públicos puros (ex.: segurança, justiça) que não seriam oferecidos pelo mercado ou seriam em condições ineficientes; bens meritórios ou semipúblicos (ex.: educação e saúde); criar condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado pelos produtores; e ainda, corrigir imperfeições no sistema de mercado (como oligopólios) e corrigir os efeitos negativos de externalidades.

Função distributiva – visa tornar a sociedade menos desigual em termos de renda e riqueza, através da tributação e de transferências financeiras, subsídios, incentivos fiscais, alocação de recursos em camadas mais pobres da população etc. (ex.: programa “Fome Zero”, “Bolsa Família”, destinação de recursos para o SUS, educação básica, assistência social sem prévia contribuição etc). O governo tributa e arrecada de quem pode pagar e os distribui/ redistribui a quem tem pouco ou nada têm, através de programas sociais.

Função estabilizadora – é a aplicação das diversas políticas econômico-financeiras a fim de ajustar o nível geral de preços (controle da inflação), melhorar o nível de emprego, estabilizar a moeda e promover o crescimento econômico, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal, ou outras medidas de intervenção econômica (controles por leis, limitação etc) capazes de aumentar ou diminuir o nível da demanda agregada.



GABARITO CERTO

100. As dificuldades de se implementar a técnica de orçamento de base-zero incluem a resistência imposta pela burocracia quando a eficácia de seus programas é avaliada.

Comentário

A técnica de orçamento de base-zero (OBZ) envolve a reavaliação completa de todos os programas e despesas a partir do zero, em vez de basear-se nos orçamentos anteriores. Uma das dificuldades na implementação dessa técnica é a resistência da burocracia, pois a avaliação rigorosa da eficácia dos programas pode ameaçar a continuidade de projetos existentes e expor ineficiências. Isso pode gerar resistência por parte daqueles que se beneficiam do status quo ou que têm interesses investidos em programas específicos.

GABARITO CERTO

No que se refere ao orçamento público e sua evolução, bem como aos princípios orçamentários, julgue os próximos itens.

101. Em decorrência do princípio da unidade ou totalidade, orçamento deve conter todas as receitas a serem arrecadadas e todas as despesas a serem realizadas no exercício financeiro.

Comentário

INCORRETA. Esse é o princípio da universalidade:

O princípio da universalidade (ou da totalidade ou, ainda, do “orçamento bruto”) determina que todas as receitas e todas as despesas governamentais devem ser incluídas na lei orçamentária por seus valores brutos, sem quaisquer deduções (art. 6º, Lei n. 4.320/64). De acordo com esse princípio, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos poderes do Estado, seus fundos, órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (art. 165, § 5º, CF).

O princípio da unidade, por sua vez, preconizava, em sua acepção original, que o orçamento deveria ser uno, ou seja, que deveria existir somente um documento orçamentário, uma peça orçamentária única agrupando as receitas e despesas do Estado para determinado exercício financeiro.

Atualmente, com a existência de três instrumentos normativos em matéria orçamentária (Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; esta, por seu turno, compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social), o princípio da unidade não mais se preocupa com a unidade documental (formal), mas com a unidade de orientação política, passando a significar que os atos legislativos anteriormente referidos devem estar “integrados e harmonizados de acordo com os fins públicos propostos.

GABARITO ERRADO

102. O fato de os governos não poderem contrair operações de crédito para financiar despesas correntes decorre do princípio do equilíbrio.

Comentário

De acordo com o princípio do equilíbrio, o montante da despesa autorizada em cada exercício não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.

Ou seja, visa evitar o déficit fiscal.

Dessa forma, de acordo com o Princípio do Equilíbrio é vedado a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos SUPLEMENTARES ou ESPECIAIS com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Isto é, o endividamento só pode ser admitido para a realização de investimento ou abatimento da dívida.

GABARITO CERTO

103. O princípio da exclusividade tem o objetivo de evitar as chamadas “caudas orçamentárias”, que são disposições estranhas à previsão de receita e à fixação de despesa.

Comentário

A Cespe usa muito a obra do James Giacomini (“Orçamento Público”) para formular suas questões.

E Giacomini explica o seguinte sobre o princípio da exclusividade:

“Esse princípio surgiu com o objetivo de impedir que a Lei de Orçamento, em função da natural celeridade de sua tramitação no Legislativo, fosse utilizada como meio de aprovação de matérias outras que nada tinham que ver com questões financeiras.

No Brasil, durante a Primeira República, na falta de disposições disciplinadoras, a lei orçamentária incluía seguidamente matérias estranhas, rotuladas pelos tratadistas de “caudas orçamentárias”, levando Rui Barbosa a chamar esses orçamentos de “rabilongos”

Fonte: Giacomoni, James. Orçamento Público. Disponível em: Minha Biblioteca, (19th edição). Grupo GEN, 2023.

GABARITO CERTO

104. O princípio orçamentário da unidade ou totalidade estabelece que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Comentário

INCORRETO. Esse é o princípio da universalidade:

O princípio da universalidade (ou da totalidade ou, ainda, do “orçamento bruto”) determina que todas as receitas e todas as despesas governamentais devem ser incluídas na lei orçamentária por seus valores brutos, sem quaisquer deduções (art. 6º, Lei n. 4.320/64). De acordo com esse princípio, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos poderes do Estado, seus fundos, órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (art. 165, § 5º, CF).

O princípio da unidade, por sua vez, preconizava, em sua acepção original, que o orçamento deveria ser uno, ou seja, que deveria existir somente um documento orçamentário, uma peça orçamentária única agrupando as receitas e despesas do Estado para determinado exercício financeiro.

Atualmente, com a existência de três instrumentos normativos em matéria orçamentária (Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; esta, por seu turno, compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social), o princípio da unidade não mais se preocupa com a unidade documental (formal), mas com a unidade de orientação política, passando a significar que os atos legislativos anteriormente referidos devem estar “integrados e harmonizados de acordo com os fins públicos propostos.

GABARITO ERRADO

105. O Brasil adota o princípio da exclusividade orçamentária, segundo o qual a LOA não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando-se as hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal de 1988.

Comentário

De fato, o princípio da exclusividade determina que o orçamento, em regra, não poderá conter dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita (art. 165, § 8º, 1ª parte, CF).

O princípio da exclusividade visa, pois, impedir a introdução espúria, na Lei Orçamentária Anual, de questões estranhas à sua precípua função, que é a de fixar as despesas públicas e orçar as receitas públicas para determinado exercício financeiro.

GABARITO CERTO

106. O princípio da unidade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na lei orçamentária anual (LOA).

Comentário

INCORRETA. Esse é o princípio da universalidade. O princípio da universalidade (ou da totalidade¹⁰⁷⁰ ou, ainda, do “orçamento bruto”) determina que todas as receitas e todas as despesas governamentais devem ser incluídas na lei orçamentária por seus valores brutos, sem quaisquer deduções (art. 6º, Lei n. 4.320/64)¹⁰⁷¹. De acordo com esse princípio, o orçamento deve conter todas as receitas¹⁰⁷² e despesas referentes aos poderes do Estado, seus fundos, órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (art. 165, § 5º, CF).

Por sua vez, o princípio da unidade cuja observância é exigida pelo art. 2º da Lei n. 4.320/64, preconizava, em sua acepção original, que o orçamento deveria ser uno, ou seja, que deveria existir somente um documento orçamentário, uma peça orçamentária única agrupando as receitas e despesas do Estado para determinado exercício financeiro. Atualmente, com a existência de três instrumentos normativos em matéria orçamentária (Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; esta, por seu turno, compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social), o princípio da unidade não mais se preocupa com a unidade documental (formal), mas com a unidade de orientação política, passando a significar que os atos legislativos anteriormente referidos devem estar “integrados e harmonizados de acordo com os fins públicos propostos.

GABARITO ERRADO

107. O orçamento de desempenho pode ser considerado uma importante evolução no processo de integração entre orçamento e planejamento. Uma de suas principais características é a apresentação dos propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários.

Comentário

O orçamento público não é um conceito estático, suas funções têm evoluído com o passar do tempo, passando de uma mera peça contábil até um instrumento de planejamento.

- Orçamento tradicional: era apenas uma peça contábil, focado apenas nos custeios da administração pública.
- **Orçamento por desempenho: já se preocupava com o resultado do gasto, porém ainda não era vinculado ao planejamento.**
- Orçamento programa (modelo atual): O orçamento é vinculado ao planejamento, possui objetivos e metas.

Portanto, o orçamento por desempenho pode ser visto como uma espécie de aprimoramento do orçamento clássico, na medida em que passou a atribuir uma maior ênfase no desempenho organizacional final e não meramente nos aspectos contábeis do orçamento, como ocorria no Orçamento Clássico.

Apesar do aprimoramento existente nessa modalidade orçamentária em detrimento do Orçamento Clássico, ainda havia uma desvinculação entre planejamento central e o orçamento, mas agora o poder público deveria realizar as tarefas pensadas e discriminadas nas peças orçamentárias, indo além da sua mera previsão contábil.

Desta feita, pode-se afirmar que o orçamento de desempenho é composto por uma previsão de gastos e um “programa de trabalho” discriminando a atuação estatal em relação a esses gastos, de modo que o objetivo final não é planejar e pensar esses gastos à luz das necessidades públicas e estatais, mas tão somente garantir um “desempenho” final da Administração Pública em relação a estas previsões.

GABARITO CERTO

108. O orçamento-programa é uma técnica ambiciosa de conciliação entre planejamento e controle político na peça orçamentária. É sua eficácia como instrumento de controle político que torna difícil sua implantação, já que não há grandes dificuldades técnicas para a sua operacionalização.

Comentário

INCORRETO. A principal função do orçamento tradicional era o controle político, permitindo ao parlamento supervisionar a arrecadação e os gastos do governo. Atualmente, embora o controle político não seja mais a principal função do orçamento, ele ainda existe. O Poder Executivo deve encaminhar anualmente a lei orçamentária ao Congresso Nacional, que pode modificá-la, aprová-la ou rejeitá-la. Além disso, o Congresso Nacional, como titular do controle externo, tem a competência para fiscalizar a execução do orçamento. Assim, o controle político continua sendo uma característica do orçamento, apenas deixou de ser a função principal.

O erro da questão reside em sua parte final. Todos sabemos que os recursos do governo são limitados. Portanto, é necessário priorizar determinados programas em detrimento de outros. Esse processo, além dos aspectos técnicos, sofre uma forte influência política devido aos interesses de diversos grupos. Isso torna difícil estabelecer programas prioritários, desenvolver as ações necessárias para seu desenvolvimento e definir os objetivos e metas de cada ação.

Ademais, muitas vezes os orçamentos não se alinham à lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual. O Tribunal de Contas da União já criticou vários programas prioritários do governo que sequer receberam dotações para seu cumprimento.

Concluimos, portanto, que a operacionalização do orçamento-programa enfrenta grandes dificuldades técnicas, evidenciando o erro da questão.

GABARITO ERRADO

109. O planning programming and budgeting system (PBSS), adotado na década de 60 do século passado, foi uma tentativa de incorporação do planejamento ao orçamento, tendo sido considerado um sistema de fácil operacionalização e implementação.

Comentário

Pois era um sistema de difícil operacionalização e implementação, conforme explica Giacomini:

A tendência para aproximar mais e mais o orçamento do planejamento evidenciava-se naturalmente, até que, na década de 1960, surgiu o PPBS – Planning, Programming and Budgeting System (Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento).

(...)

A nova concepção ambiciosa integra de forma sistemática: os diagnósticos e prognósticos, os objetivos, a análise de cursos alternativos, os programas e projetos com suas metas, os recursos a serem empregados, a indicação de custos, bem como os esquemas de avaliação e controle. O plane-jamento teria o papel mais saliente em todo o processo, e isso seria possível devido ao estágio alcan-çado pelas modernas técnicas de informação que visam auxiliar a análise e a tomada de decisões.

Problemas intransponíveis se colocaram na trajetória de implantação do PPBS: a crise econômica com a conseqüente escassez de recursos para novos empreendimentos, a falta de técnicos especializados e até dificuldades políticas, já que o órgão legislativo via com desconfiança um orçamento proposto pelo Executivo, excessivamente amparado em argumentos “técnicos”

Na área acadêmica, o PPBS mereceu grande atenção, sendo amplamente discutida sua concepção, **assim como as dificuldades de sua implementação**. Esses debates serviram também para difundir o sistema, que passou a ser experimentado em outros países com algumas variações.

Fonte: Giacomoni, James. Orçamento Público. Disponível em: Minha Biblioteca, (19th edição). Grupo GEN, 2023.

GABARITO ERRADO

110. O orçamento de desempenho é a mais recente evolução do orçamento-programa, fruto das pressões sociais por serviços públicos de melhor qualidade e por mais transparência na gestão pública.

Comentário

INCORRETO. Na verdade, o orçamento-programa foi a evolução do orçamento de desempenho. E o orçamento de desempenho foi a evolução do orçamento tradicional.

O orçamento público não é um conceito estático, suas funções têm evoluído com o passar do tempo, passando de uma mera peça contábil até um instrumento de planejamento.

- Orçamento tradicional: era apenas uma peça contábil, focado apenas nos custeios da administração pública.
- **Orçamento por desempenho: já se preocupava com o resultado do gasto, porém ainda não era vinculado ao planejamento.**

- Orçamento programa (modelo atual): O orçamento é vinculado ao planejamento, possui objetivos e metas.

GABARITO ERRADO

111. O orçamento participativo é um instrumento de efetiva participação da sociedade na alocação dos recursos públicos. Trata-se de um instrumento de complementação da democracia representativa, em que é dado ao cidadão o poder de debater prioridades de alocação de investimentos.

Comentário

De fato, o Orçamento Participativo é um mecanismo direto de participação popular. Através dele, a população discute e decide sobre o orçamento público e as políticas públicas, e faz o levantamento das necessidades de seu setor para discutir as prioridades de acordo com o orçamento do município. Dessa forma, o cidadão passa a ser um protagonista permanente da gestão pública, não restringindo sua participação apenas ao ato de votar.

É um dos instrumentos de Participação Cidadã que rompe com as formas tradicionais de governo.

Neste processo, as definições sobre como e onde serão aplicados os recursos contidos no orçamento são debatidas e definidas com a população.

GABARITO CERTO

112. Foi particularmente a partir da revolução keynesiana que o orçamento passou a ser concebido como instrumento de política fiscal, com vistas à estabilização, à expansão ou à retração da atividade econômica.

Comentário

CORRETO. Conforme explica Giacomini:

O reconhecimento da importância do gasto público no sistema econômico foi bem anterior, mas é a partir da década de 30, com a doutrina keynesiana, que o orçamento público passou a ser sistematicamente utilizado como instrumento da política fiscal do governo, isto é, de sua ação que visava à estabilização ou à ampliação dos níveis da atividade econômica.

GABARITO CERTO

113. O orçamento moderno nasceu sob a égide do primado dos aspectos econômicos, deixando em segundo plano as questões atinentes à programação.

Comentário

O orçamento moderno é pautado justamente na programação. A programação passa a ser papel fundamental e não segundo plano.

Quadro 8.2 Principais diferenças entre o orçamento tradicional e o Orçamento-programa.

Orçamento tradicional	Orçamento-programa
1. O processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação.	1. O orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
2. A alocação de recursos visa à aquisição de meios.	2. A alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas.
3. As decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais.	3. As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
4. Na elaboração do orçamento são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.	4. Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.
5. A estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão.	5. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento.
6. Principais critérios classificatórios: unidades administrativas e elementos.	6. Principal critério de classificação: funcional-programático.
7. Inexistem sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados.	7. Utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.
8. O controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento.	8. O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.

GABARITO ERRADO

114. Os esforços para a integração entre planejamento, programação e orçamentação marcam a evolução da integração do planejamento no orçamento público.

Comentário

No orçamento clássico (ou tradicional), o foco estava nos itens de gasto do governo, e não nas realizações desses gastos. A integração entre planejamento e orçamento não era uma

preocupação. Com a evolução do sistema, impulsionada pelos esforços para integrar planejamento, programação e orçamento, ocorreu uma mudança de paradigma: o orçamento começou a enfatizar os objetivos dos gastos, buscando a conexão entre planejamento e orçamento.

GABARITO CERTO

115. O orçamento moderno, produto da evolução do orçamento público, consiste no demonstrativo de autorizações do legislativo e tem como finalidade a rigidez da gestão administrativa e a redução da despesa pública.

Comentário

INCORRETO. A primeira parte até está correta, tendo em vista que o orçamento moderno é, de fato, produto da evolução do orçamento público. Contudo, era o orçamento tradicional que consistia no demonstrativo de autorizações do legislativo e tem como finalidade a rigidez da gestão administrativa e a redução da despesa pública, conforme explica Giacomini:

"O orçamento até então em uso, organizado especialmente como mero demonstrativo de autorizações legislativas, já não atendia às necessidades sentidas pelos executivos governamentais, todos eles envolvidos com encargos crescentes. (...) A reforma orçamentária na sua essência exigia que os orçamentos públicos deveriam constituir-se em instrumentos de administração, de forma que auxiliassem o Executivo nas várias etapas do processo administrativo: programação, execução e controle".

Assim, é o orçamento tradicional que consiste no demonstrativo de autorizações do legislativo para realização dos gastos do governo, sendo suas características a rigidez da gestão administrativa e a redução da despesa pública.

GABARITO ERRADO

116. O orçamento moderno configura-se como instrumento de intervenção planejada do Estado na economia para a correção de distorções e o incentivo ao desenvolvimento econômico. No Brasil, a adoção de uma estrutura orçamentária embasada em programas, projetos e atividades, a partir da CF, representou importante passo em direção à modernização do sistema orçamentário brasileiro.

Comentário

INCORRETO. Pois não foi a partir da nossa Constituição Federal de 1988! Na verdade, o orçamento-programa tornou-se realidade apenas com o Decreto 2.829/1998, o qual estabeleceu normas para elaboração e execução do plano plurianual e dos orçamentos da União. Ainda, a Portaria 117/1998, substituída, posteriormente, pela Portaria 42, de 14 de abril de 1999, com a preservação dos seus fundamentos, atualizou a discriminação da despesa por funções da Lei 4.320/1964 e revogou a Portaria 9, de 28 de janeiro de 1974 (Classificação Funcional – Programática); e a Portaria 51/1998 instituiu o cadastramento dos projetos e das atividades constantes do orçamento da União.

GABARITO ERRADO

117. Decorre do princípio da especificação a obrigatoriedade de a lei orçamentária anual (LOA) discriminar a despesa, no mínimo, por elementos, os quais são o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços e obras, por exemplo.

Comentário

Conforme explica Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho:

O princípio da especialização (ou da especificação) manda que a discriminação das receitas e das despesas se faça por unidade administrativa (art. 13, Lei n. 4.320/64) ou, no mínimo, por elementos (art. 15, caput, Lei n. 4.320/64), de modo a se poder saber quanto poderá render ou despesar cada unidade considerada.

Observação: Entende-se por elementos “o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins” (art. 15, § 1º, Lei n. 4.320/64).

De acordo com esse princípio, as receitas e as despesas são autorizadas pelo Poder Legislativo, não em bloco (de modo global), mas de modo preciso e detalhado, conferindo, em decorrência, clareza e compreensão ao orçamento público (art. 165, § 6º, CF), contribuindo para melhor fiscalização do emprego de verbas públicas e dificultando, assim, o desvio delas.

Fonte: Filho, Carlos Alberto de Moraes R. Direito financeiro e econômico. (Coleção esquematizado®). Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). SRV Editora LTDA, 2024.

GABARITO CERTO

118. A lei orçamentária no Brasil não segue o princípio da anualidade, conforme o qual o exercício financeiro coincide com o ano civil, pois é permitida a execução de restos a pagar de despesas previstas no plano plurianual.

Comentário

INCORRETO. Pois o princípio da anualidade (ou da periodicidade¹⁰⁹⁴) orçamentária exige que o orçamento público seja elaborado e autorizado para determinado período, que denominamos exercício financeiro, assim entendido o período em que se executa o orçamento¹⁰⁹⁵. Também em virtude desse princípio, os créditos adicionais têm, em regra, vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.

Assim, pelo princípio da anualidade orçamentária, as previsões das receitas e despesas públicas devem referir-se, sempre, a um período limitado de tempo.

GABARITO ERRADO

119. O princípio orçamentário da programação, que surgiu a partir da evolução do orçamento tradicional, visa, essencialmente, à boa organização dos meios materiais e financeiros na estrutura do orçamento público.

Comentário

INCORRETO. A correta interpretação do princípio da programação é que ele visa à boa organização dos fins, ou seja, dos objetivos e metas a serem alcançados com os recursos públicos.

O princípio da programação, ou orçamento-programa, evoluiu do orçamento tradicional para focar na obtenção de resultados e alcance de objetivos específicos (fins), em vez de se concentrar apenas na organização dos meios materiais e financeiros. Ele promove um planejamento estruturado, orientado para resultados, integrando planos de longo prazo e orçamentos anuais, e facilitando a transparência e o controle da execução orçamentária. Portanto, a afirmação está errada ao sugerir que o princípio da programação visa principalmente à boa organização dos meios materiais e financeiros, pois seu foco principal é a organização dos fins.

GABARITO ERRADO

120. A evolução ocorrida nas funções do orçamento, que deixou de ser um mero instrumento de autorização para se tornar ferramenta de auxílio efetivo da administração, gerou um novo princípio, o da programação.

Comentário

Conforme explica Giacomini:

A evolução havida nas funções do orçamento público gerou, pelo menos, um novo princípio: o da programação. Às voltas com crescentes encargos e com recursos sempre escassos, os governos passaram a utilizar o orçamento, até então instrumento de autorização e controle parlamentar, como auxiliar efetivo da administração, especialmente como técnica de ligação entre as funções de planejamento e de gerência.

Giacomoni, James. Orçamento Público. Disponível em: Minha Biblioteca, (19th edição). Grupo GEN, 2023.

GABARITO CERTO

GABARITO

1C	2C	3E	4C	5E	6E	7E	8E	9C	10E	11C	12E
13C	14E	15C	16C	17E	18C	19E	20C	21C	22C	23C	24E
25E	26E	27C	28E	29E	30C	31E	32C	33C	34E	35E	36E
37E	38E	39C	40C	41C	42C	43C	44E	45E	46C	47E	48E
49E	50C	51C	52E	53E	54C	55C	56E	57C	58E	59C	60C
61E	62C	63C	64C	65E	66C	67E	68C	69E	70C	71E	72E
73C	74E	75E	76C	77C	78C	79C	80E	81E	82C	83E	84E
85E	86E	87E	88E	89E	90E	91E	92C	93C	94E	95C	96C
97E	98C	99C	100C	101E	102C	103C	104E	105C	106E	107C	108E
109E	110E	111C	112C	113E	114C	115E	116E	117C	118E	119E	120C